

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar.

Período de Análise: 01/11/2016 a 30/11/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Intoxicações por agrotóxico quadruplicam no Sudeste. Inês Castilho. Site do MST, 01/11/2016.	4
Cidades mineiras se unem para formar a Rede Leste de Banco de Alimentos. Site do MDSA, 01/11/2016.	6
Eficiência e qualidade da produção brasileira garantem alimento seguro para a população, diz Presidente da CNA. Site do CNA, 01/11/2016.....	7
Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: riscos de um retrocesso. Site da CONTAG, 01/11/2016.	8
Galpão do Mesa Brasil de São Paulo se transforma em ponto de apoio logístico para doações. Site do MDSA, 03/11/2016.	10
Região Sul consome 23% dos agrotóxicos do país. Inês Castilho. Site do MST, 02/11/2016.	11
Bahia aplica 46% dos agrotóxicos do Nordeste. Inês Castilho. Site do MST, 03/11/2016.	13
Mais oito municípios aderem ao Sisan. Site do MDSA, 03/11/2016.....	15
Banco de Alimentos de Belo Horizonte resgata prática culinária das crianças. Site do MDSA, 04/11/2016.	16
Consumo de agrotóxicos aumenta cinco vezes no Distrito Federal. Inês Castilho. Site do MST, 07/11/2016.	17
CONTRAF BRASIL diz que defender o PL de Redução de Agrotóxicos é promover a vida. Site da FETRAF, 08/11/2016.....	19
Sem Terrinhas se mobilizam por alimentação saudável em Viamão, no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 09/11/2016.....	20
Entidades apresentam projeto de lei para reduzir uso de agrotóxicos. Cristiane Sampaio. Site do MST, 10/11/2016.....	21
Assentamentos do MST produzem alimentos livres de veneno com base agroecológica. Lilian Campelo. Site do MST, 10/11/2016.	24
Banco de Alimentos do DF garante alimentação a mais de 40 mil pessoas. Site do MDSA, 10/11/2016.	27
Parceria entre MDSA e Embrapa permitirá mapeamento de vulnerabilidades sociais. Site do MDSA, 11/11/2016.	29
Pará triplica consumo de agrotóxicos; na Amazônia, soja avança para Roraima. Inês Castilho. Site do MST, 13/11/2016.	30
‘O consumidor está limitado’, diz pesquisadora sobre alimentos’ Mariella Uzêda , da Embrapa, defende mudanças no prato em prol do planeta. Celina Machado. O Globo, 13/11/2016.	32

Ações de segurança alimentar do MDSA serão apresentadas em fórum das Nações Unidas. Site do MDSA, 14/11/2016.	33
Sem Terrinha discute alimentação saudável e cultiva a solidariedade internacional. Jailma Lopes. Site do MST, 16/11/2016.	34
Sem Terra entregam cerca de 4 toneladas de alimentos na periferia de Maceió. Gustavo Marinho. Site do MST, 16/11/2016.	37
Conab vai ajudar na elaboração de Política de Alimentação Escolar no Togo. Site da CONAB, 17/11/2016.	38
UFRGS vai comprar R\$ 6 milhões de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 18/11/2016.	39
Comer é um ato Político: seminário nacional do MATOPIBA debate sobre Soberania Alimentar e a ameaça do uso dos Agrotóxicos. Site da CONTAG, 18/11/2016.	40
Programa combate desperdício de alimentos em São Paulo. Site do MDSA, 21/11/2016.	43
Bancos de alimentos reduzem e previnem perdas e desperdícios de produtos. Site do MDSA, 22/11/2016.	44
Mostra sobre bancos de alimentos reúne experiências de diferentes regiões do país. Site do MDSA, 23/11/2016.	46
TCU impede mais de 15 mil agricultores familiares de participarem do PAA. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 23/11/2016.	47
CONTRAF BRASIL participa do Seminário Nacional Sobre o Direito Humano à Alimentação. Site da FETRAF, 24/11/2016.	48
Agricultores familiares mostram que tem expertise na produção de alimentos saudáveis. Site da FETRAF, 24/11/2016.	49
Acampados participam de oficina de fitoterápicos e produção de alimentos saudáveis. Catiana de Medeiros. Site do MST, 25/11/2016.	50
Anvisa vê baixo risco de intoxicação em frutas, hortaliças e legumes. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 25/11/2016.	51
Parceria entre doadores e beneficiários é destaque na I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos. Site do MDSA, 25/11/2016.	53
Alimento brasileiro é extremamente seguro para o consumo humano. Site do CNA, 25/11/2016.	54
Golpe na Anvisa: agrotóxico na comida é "aceitável"? Site do MST, 28/11/2016. .	55
Brasil alia conservação e segurança alimentar. Waleska Barbosa. Site do MMA, 28/11/2016.	56

Intoxicações por agrotóxico quadruplicam no Sudeste. Inês Castilho. Site do MST, 01/11/2016.

Pesquisa do Ministério da Saúde revela: volume de veneno por área plantada aumenta a passos largos no país, assim como o de pessoas intoxicadas; De Olho publica série com dados por região.

O Brasil passa por um obscuro processo de intensificação da agricultura. Num período de sete anos, de 2007 a 2013, dobrou o consumo de veneno aplicado nas terras cultivadas do país, terras estas que foram ampliadas em menos de um terço.

As donas de casa aparecem na lista como as principais vítimas no caso das mortes por suicídio (22% do total de casos relativos à ingestão de agrotóxicos no Brasil), seguidas pelos estudantes (19%) e pelos trabalhadores agropecuários (12%). Em situações de violência e homicídio os estudantes passam à frente, com 21%, seguidos pelas donas de casa (19%) e pelos trabalhadores agropecuários (15%).

O volume de venenos comercializados no país saltou de 643 mil toneladas para 1,2 milhão de toneladas no período, saltando de 10,32 kg/ha para 16,44 kg/ha a relação entre volume de veneno por área plantada. Já o número de casos notificados foi de 3,08 para 6,23 por 100 mil habitantes. Isso, na média do país, e considerando-se somente agrotóxicos comercializados legalmente – o que não inclui o contrabando. O mercado de agrotóxicos cresceu 190% no Brasil entre 2000 e 2010, enquanto o crescimento mundial foi de 93%.

Em 2013 foi registrado o maior número de notificações para intoxicação por agrotóxicos no país desde o início da série histórica: 12.534 casos. Os estados de Tocantins (17,59 casos/100 mil hab), Espírito Santo (15,18) e Paraná (13,21) apresentaram mais notificações, muito acima da média nacional (6,23). Isso significa um maior número de casos, mas também sinaliza a capacidade de atuação da Vigilância em Saúde nesses estados.

Os dados são do programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, que lançou no mês passado o relatório nacional de 2016 com a incidência de intoxicações por agrotóxicos e dados estimados da comercialização do veneno por área plantada. O ministério alerta para a subnotificação de casos, o que colabora para manter invisível a gravidade de um problema de saúde pública.

OS VENENOS NO SUDESTE

A região Sudeste é a maior consumidora de agrotóxicos do país, com 453 mil toneladas, 36,9% do total em 2013. O estado de São Paulo é o campeão, com 297 mil toneladas (um quarto do total nacional e dois terços do total da região), seguido de Minas Gerais, com 119 mil toneladas.

A incidência de intoxicações por agrotóxicos quadruplicou na região entre 2007 e 2013: saltou de 2,02 em 2007 para 8,04 casos por 100 mil habitantes em 2013. A comercialização de agrotóxicos por área plantada – ainda sob o critério proporcional, por 100 mil habitantes – aumentou 31% nesse período.

Em 2013, a área plantada no Sudeste correspondia a 16 milhões de hectares – aproximadamente 2 milhões de hectares a mais que no ano anterior. Metade dessa área, 8 milhões de hectares, era no estado de São Paulo. Minas Gerais ocupou a segunda posição, com 6 milhões de hectares.

São Paulo é o estado que teve o maior número de casos (12.562 por 100 mil habitantes) de intoxicações por agrotóxico na região, entre 2007 e 2014. Se tomarmos apenas o ano de 2013, contudo, o Espírito Santo teve o maior número de ocorrências, com 15,18 por 100 mil habitantes. Foi seguido por Minas Gerais, onde os casos quintuplicaram nesse período de sete anos, saltando de 2,19 em 2007 para 10,77 por 100 mil habitantes em 2013.

São Paulo teve também a segunda maior taxa de aplicação de veneno por área plantada – 35,72 kg/ha – do país. O primeiro foi o Rio de Janeiro, com 135,45 kg/ha. O estado concentra 98 das 272 fábricas de agrotóxicos e desinfetantes de uso domiciliar existentes no Brasil, nas quais trabalham quase 10 mil dos cerca de 16,5 mil trabalhadores dessa indústria.

O município de São Paulo foi o segundo entre os que mais registraram intoxicações por agrotóxicos (1.264 casos por 100 mil habitantes) entre 2011 e 2014; Recife foi o primeiro, com 1.818 casos. São José do Rio Preto, no interior paulista, e Guarulhos, na Grande São Paulo, aparecem em 12º lugar e 13º lugar, respectivamente, na lista brasileira de municípios com mais intoxicação, em números absolutos. Marília, também no interior, aparece em 25º lugar.

A região Sudeste é a principal produtora de cana-de-açúcar do país, que ocupa 65% da área plantada de São Paulo e 56% da área plantada do Rio de Janeiro. Além da cana-de-açúcar, suas principais culturas são milho, café e soja.

Cidades mineiras se unem para formar a Rede Leste de Banco de Alimentos. Site do MDSA, 01/11/2016.

Formada por 17 bancos de alimentos municipais, a Relba proporcionou mais eficiência às unidades na captação e distribuição de alimentos

Brasília – Como uma rede de bancos de alimentos pode contribuir para a segurança alimentar? A Rede Leste de Bancos de Alimentos de Minas Gerais (Relba) tem conquistado sucesso nessa questão.

Formada por 17 Bancos de Alimentos municipais, a Relba tornou as unidades mais eficientes na captação e distribuição de alimentos. “A rede tem se tornado uma coisa fantástica. Os bancos de alimentos melhoraram muito seus processos gerenciais, de captação de alimentos e distribuição”, contou o secretário-geral da Relba, João Paulo de Paiva Ramos.

Ainda em 2014, apenas as cidades de Caratinga, Entre Folhas e Vargem Alegre aceitaram fazer parte do projeto. Após dois anos, a rede já conta com a participação de Santana do Manhuaçu, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, Piedade de Caratinga, Ubaporanga, Inhapim, Tarumirim, Alvarenga, Engenheiro Caldas, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Santana do Paraíso e Itabira. “Hoje distribuimos 283 toneladas por semana para mais de 500 mil pessoas”, afirmou Ramos.

A Relba permite que um alimento excedente em um município possa ser levado para outro Banco de Alimentos da rede e, assim, ser doado às instituições. “Tem bancos que nessa época já está com excesso de hortaliças e outros com excesso de frutas. O excesso de um é repassado para outro, de maneira que todos são cobertos e não há perda ou desperdício de alimento”.

Cerca de 60% das doações vêm do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 40%, da agricultura familiar. Os alimentos são doados às entidades socioassistenciais, escolas,

associações de moradores de bairros e instituições acompanhadas pelos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar.

Para Ramos, não existe outro caminho para a segurança alimentar e nutricional que não seja trabalhar em rede. “Os bancos integrados têm uma força muito maior de captação e de cobertura da vulnerabilidade alimentar”.

A estratégia da Rede Leste de Bancos de Alimentos de Minas Gerais foi uma das 12 selecionadas para participar da *I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos*, que será realizada nos dias 23 e 24 de novembro, em Brasília. O evento também terá a apresentação em pôster de outros 50 trabalhos.

Realizado pelo MDSA em parceria com Embrapa, Mesa Brasil Sesc, ONG Banco de Alimentos, Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul e Associação Prato Cheio, o evento vai promover a troca de experiências e vivências do trabalho nos Bancos de Alimentos.

Eficiência e qualidade da produção brasileira garantem alimento seguro para a população, diz Presidente da CNA. Site do CNA, 01/11/2016.

O país produz, com eficiência e qualidade, alimentos extremamente seguros para o consumo, afirmou nesta terça-feira (1) o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, na abertura do Seminário “Agro em Questão – Alimentos Saudáveis”, na sede da entidade.

Durante o evento, especialistas brasileiros e estrangeiros discutiram os desafios da segurança alimentar e nutricional no mundo, abordando temas como a redução da fome e da miséria, produção sustentável, controle de qualidade e sistemas produtivos. “Precisamos mostrar que aquilo que produzimos com eficiência e qualidade também é seguro”, disse Martins

Em seu discurso, o presidente ressaltou a contribuição dos produtores rurais na garantia do direito constitucional da população brasileira de ter uma alimentação permanente, adequada e segura.

Esses mesmos produtores rurais são essenciais para o cumprimento das metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) de erradicar a fome, a miséria e a desnutrição no mundo ainda neste século.

“Segurança alimentar significa o acesso das pessoas aos alimentos”, afirmou Martins.

Os dados apresentados pelo presidente da CNA no seminário mostram como o ganho de produtividade foi um dos responsáveis pelo crescimento de 334% na produção de grãos nos últimos 36 anos. Já a pecuária bovina, em 10 anos, aumentou sua produção em 38,2% no país. A oferta, avaliou Martins, deve vir sempre acompanhada por um sistema eficiente de controle de qualidade, medida essencial para garantir a segurança dos alimentos à população brasileira.

Segurança alimentar – O primeiro painel do seminário teve como tema a segurança alimentar no Brasil e no mundo. Para o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Alan Bojanic, há ainda muitos desafios pela frente para garantir a oferta de alimentos para a população mundial. Um deles é reduzir o desperdício, que chega a um terço da produção global. Bojanic também defendeu campanhas educacionais para orientar o consumo e políticas de renda para a população dos países pobres.

Em seguida, Fábio Florêncio e Fernando Fernandes, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), falaram sobre as ações do órgão para controlar e monitorar a qualidade dos alimentos brasileiros e importados.

Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: riscos de um retrocesso. Site da CONTAG, 01/11/2016.

A aprovação e a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ESAN-CPLP) e o funcionamento do seu órgão máximo, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (CONSAN-CPLP) são das mais recentes e maiores conquistas desta Comunidade, onde mais de 150 milhões de pessoas são ainda afetadas, direta ou indiretamente, pelas externalidades geradas

por um sistema alimentar obsoleto, que condena à pobreza, à desnutrição, à má nutrição e à exclusão muitos milhões de pessoas.

Ainda recentemente, representantes de mais de 500 organizações da sociedade civil e de mais de 25 milhões de agricultores(as) familiares reunidos(as) no Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (MSC-CONSAN) da CPLP2 participaram no II Fórum da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (FAFSAN II).

O Fórum decorreu num momento marcado por diversas incertezas relativamente à situação política em alguns países da Comunidade.

Nesse sentido, os(as) participantes do FAFSAN II denunciam a omissão do governo do Brasil, que deveria estar acolhendo a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, tendo em vista o papel de assessoria que este órgão assume relativamente aos Chefes de Estado e de Governo. Infelizmente, até à data, a sessão ordinária do CONSAN-CPLP não foi convocada e ninguém acredita que terá lugar como seria estatutariamente devido. A realização de uma possível reunião extraordinária no futuro desclassifica o tema na Cimeira e constituiu uma violação de acordos anteriores efetuados pelos Chefes de Estado e de Governo com apoio do Secretariado Executivo da Comunidade e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Neste sentido, a REDSAN-CPLP requer aos Ministros das áreas responsáveis pela Segurança Alimentar e Nutricional e aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP que solicitem ao Secretariado Executivo da CPLP a realização da reunião ordinária do CONSAN-CPLP tal como previsto estatutariamente. A sua não realização implicará em ainda maiores adiamentos na implementação de uma estratégia que encerrava em si mesma a legítima esperança de devolução da dignidade a milhões de pessoas da CPLP.

A REDSAN-CPLP defende que a clara priorização política, o financiamento e operacionalização da ESAN-CPLP são elementos fundamentais para o aumento da produção alimentar, acesso a uma alimentação saudável e melhor saúde e redução da pobreza, aspectos essenciais para que a CPLP saia de uma retórica sentimental baseada na língua comum para ações concretas que contribuam para um desenvolvimento económico mais sustentável e equitativo nos seus países.

Galpão do Mesa Brasil de São Paulo se transforma em ponto de apoio logístico para doações. Site do MDSA, 03/11/2016.

Centro de Captação e Armazenagem permitiu o recebimento de grandes quantidades de doações e agilizou a distribuição dos alimentos

Brasília – Mais de 1,5 mil toneladas de alimentos armazenados no galpão de 1.600 m² e doados para entidades socioassistenciais em um ano. Os números gigantes são do Centro de Captação e Armazenagem Mesa Brasil (Cecam) de São Paulo (SP). A experiência inovadora do Mesa Brasil permitiu receber grandes quantidades de doações e agilizou a distribuição dos alimentos nas 13 unidades do programa no estado de São Paulo. “Temos uma média de 350 toneladas de alimentos doados por mês”, conta a coordenadora estadual do Mesa Brasil e nutricionista, Karen Leal da Silva.

O galpão se tornou um ponto de apoio logístico para as unidades paulistas do Mesa Brasil, um local estratégico para a distribuição dos alimentos em cidades do interior, litoral e na capital. A frota de quatro caminhões aperfeiçoou as buscas pelas doações e as entregas nas entidades atendidas pelo programa.

A equipe de triagem aumentou, melhorando o tempo em que o produto é conferido, identificado e enviado para a armazenagem. Antes do Centro de Captação e Armazenagem, os processos eram mais demorados e era difícil receber grandes volumes. “Começamos a receber muitas doações das indústrias, que doam em grandes volumes. Então a gente precisava de um lugar maior para armazenar os produtos”, explicou Karen.

O novo espaço chamou a atenção e 13 novos doadores, como indústrias e distribuidores agropecuários, surgiram. As carretas chegam diariamente cheias de arroz, leite, biscoitos, hortifrúti, iogurtes, queijos e outros produtos refrigerados. “Nós atendemos 830 instituições no Mesa Brasil. São 13 unidades do programa, mas as nossas doações conseguem chegar em 50 municípios do estado”, afirmou a coordenadora.

Para a nutricionista, programas como o Mesa Brasil combatem o desperdício de alimentos, fazendo doações a quem mais precisa. “A gente também promove o acesso das

pessoas a produtos que talvez ela nunca fosse experimentar. Como um iogurte, um biscoito, um leite, uma fruta diferenciada.”

A estratégia Centro de Captação e Armazenagem Mesa Brasil (Cecam) foi uma das 12 selecionadas para participar da I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, que será realizada nos dias 23 e 24 de novembro, em Brasília. O evento também terá a apresentação em pôster de outros 50 trabalhos.

Realizado pelo MDSA em parceria com Embrapa, Mesa Brasil Sesc, ONG Banco de Alimentos, Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul e Associação Prato Cheio, o evento vai promover a troca de experiências e vivências do trabalho nos Bancos de Alimentos.

Região Sul consome 23% dos agrotóxicos do país. Inês Castilho. Site do MST, 02/11/2016.

Entre 2007 e 2013, região teve aumento significativo do uso de veneno por área plantada; Curitiba é o quinto município com mais intoxicações no Brasil

A região Sul passa por um claro processo de intensificação da agricultura, com subnotificação de casos de intoxicação por agrotóxicos. Registra o maior número de casos do país entre 2007 a 2011, mas os números mantêm-se estáveis entre 2011 e 2013, período em que há aumento exponencial do uso de veneno por área plantada.

Os três estados aparecem na parte de cima da tabela de consumo de agrotóxicos no país. Paraná é o terceiro colocado, atrás somente de São Paulo e Mato Grosso. O Rio Grande do Sul não fica muito atrás: chegou ao quinto lugar em 2013, ultrapassando Goiás. Santa Catarina, na 11ª posição.

A série “O Brasil dos Agrotóxicos” faz uma abordagem regional do problema no Brasil, a partir de dados do Ministério da Saúde. O primeiro texto – com dados do Brasil e da região Sudeste – foi publicado na segunda-feira (31/10): “Intoxicações por agrotóxico quadruplicam no Sudeste; donas de casa estão entre principais vítimas”.

A região Sul consumiu 23% do total de agrotóxicos comercializados no Brasil em 2013. Mais da metade foi consumida no Paraná (158 mil das 285 mil toneladas comercializadas

na região) nas culturas de soja, milho, trigo, arroz, e fumo – esta, a que mais utiliza veneno. O estado é o maior fornecedor de fumo do país e tem expressiva participação na pecuária nacional.

Os dados são do relatório nacional 2016 do programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, que traz a incidência de intoxicações por agrotóxicos e dados da comercialização de veneno por área plantada no Brasil entre 2007 e 2013. O ministério alerta para a subnotificação de casos, que invisibiliza a gravidade de um problema de saúde pública.

CONSUMIDORES E FABRICANTES

O Paraná intensificou significativamente a agricultura entre 2011 e 2013. Nesse período, a área plantada manteve-se praticamente a mesma (de 9,9 milhões de hectares a 10,6 milhões/ha), mas o consumo de agrotóxicos saltou de 112 mil toneladas para 158 mil toneladas, numa curva de 11,35 kg/ha para 15 kg/ha. Paradoxalmente, o número de casos de intoxicação por agrotóxicos recuou no período, de 15,30 para 13,21 casos por 100 mil habitantes, num caso flagrante de subnotificação.

Curitiba, Londrina e Cascavel estão entre os municípios com maior número de intoxicações por agrotóxicos no Brasil. Ocupam, respectivamente, a 6^a, 11^a e a 21^a posições. Cascavel e Londrina estão entre os principais municípios produtores do estado.

No Rio Grande do Sul, quase dobrou a comercialização de agrotóxicos entre 2007 e 2013, de 61 mil toneladas a 104 mil toneladas, para um aumento bem menos significativo da área plantada, de 8 milhões de hectares para 8,8 milhões/ha, com o uso de 11 kg de veneno por hectare em 2013. Apesar desses números, a incidência de intoxicações no período passou de 0,65 em 2007 para 1,42 casos por 100 mil habitantes em 2013. Predominam no território as culturas de soja, milho, arroz e trigo.

Paraná e Rio Grande do Sul possuem 76 das 272 fábricas de agrotóxicos do país. Com 36 e 30 fábricas, perdem somente para São Paulo, que tem 98.

Em Santa Catarina, fenômeno semelhante ao do Rio Grande do Sul. O volume de agrotóxicos quase dobrou no período, passando de 12,3 mil toneladas para 22,3 mil toneladas, enquanto a área plantada recuou de 1,8 milhão de hectares para 1,6 milhão/ha – o que resultou em duas vezes mais consumo de agrotóxicos por área plantada (de 6,94

kg/ha para 13,96 kg/ha). As principais culturas produzidas no estado são milho, soja, arroz, fumo e feijão.

A incidência de intoxicações nos três estados poderia ser maior, segundo o Ministério da Saúde, não houvesse subnotificação. Ainda assim, a pasta enumera alguns pontos positivos na região, em meio ao aumento de agrotóxicos por área plantada, entre eles as iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, como o Programa Paraná Agroecológico.

Bahia aplica 46% dos agrotóxicos do Nordeste. Inês Castilho. Site do MST, 03/11/2016.

Quantidade de veneno quadruplicou na PB; no PI, relação entre consumo de veneno e área plantada quintuplicou entre 2007 e 2013; Recife lidera ranking nacional de intoxicação

O volume de agrotóxicos por área plantada dobrou na região Nordeste em sete anos, saltando de 5,47 para 10,61 quilos por hectare (kg/ha) entre 2007 e 2013. A quantidade consumida aumentou de 70 mil toneladas em 2007 a 123 mil toneladas em 2013, enquanto a área plantada teve redução, de 12,8 milhões de hectares em 2007 para 11,6 milhões/ha em 2013. A incidência de intoxicações passou de 1,56 para 5,39 casos por 100 mil habitantes no período, um aumento que não é proporcional e sugere subnotificação.

A relação entre volume de veneno e área plantada, em alguns estados, revela a intensificação: em 2012, era de 31,45 kg/ha em Alagoas e 20,57 kg/ha no Maranhão; em 2013, de 19,75 kg/ha no Ceará. A comercialização de agrotóxicos, de 123 mi toneladas, correspondeu a 10% do consumo legal no país, sendo a Bahia o estado da região que mais aplicou veneno (45,9%), seguido do Ceará (21,9%) e do Maranhão (14,1%).

Recife foi o município com a maior incidência de intoxicações por agrotóxicos entre 2011 e 2014, com 1.818 casos, seguido de São Paulo, com 1.264, e Fortaleza, com 955.

Os dados são do relatório nacional 2016 do programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, que traz a incidência de intoxicações por agrotóxicos e dados da comercialização de veneno por área plantada no Brasil entre 2007 e 2013.

De Olho nos Ruralistas publica desde segunda-feira (31/10) uma série com abordagem regional desses dados. Confira aqui as informações sobre a região Sudeste: “Intoxicações por agrotóxico quadruplicam no Sudeste; donas de casa estão entre principais vítimas“. Aqui, os dados sobre a região Sul: “Região Sul consome 23% dos agrotóxicos do país; Paraná só perde para SP e MT“.

SOJA EXPLICA CONSUMO NA BAHIA

A Bahia é o estado que mais consumiu agrotóxicos no período estudado, mais de 56 milhões de quilos. O oeste baiano é uma das regiões que mais utilizam o veneno, em lavouras de soja, milho e algodão. Apesar de ser o sétimo maior consumidor no país e aplicar 12 kg de veneno por hectare de área plantada, a incidência de intoxicações em 2013 foi inferior à de estados da região com menor volume de agrotóxicos por área plantada.

No Ceará, a relação entre consumo de agrotóxicos por área plantada triplicou entre 2007 e 2013, passando de 6,62 a 19,75 kg/ha. A incidência de intoxicações foi de 1,91 para 4,86. Em 2013, o comércio de agrotóxicos mais que dobrou no estado, passando de 12 mil toneladas para 27 mil toneladas em menos de um ano.

O Piauí quase quintuplicou o consumo de agrotóxicos em praticamente a mesma área plantada, entre 2007 e 2013. A relação entre volume de veneno e área plantada passou de 1,90 kg/ha para 6,73 kg/ha. A curva de casos de intoxicação, contudo, foi muito mais branda: de 1,06 a 3,3 casos por 100 mil habitantes no período.

Também em Pernambuco o aumento de casos de intoxicação não corresponde ao crescimento do consumo de agrotóxicos: passou de 7 casos, em 2007, para 11 casos por 100 mil habitantes em 2013, enquanto o volume de veneno por área plantada mais que dobrou, de 3,48 kg/ha, em 2007, para 8,60 kg/ha, em 2013.

EM ALAGOAS, CANA-DE-AÇÚCAR

De 2011 para 2012 houve um aumento brutal no volume de agrotóxicos em Alagoas: passou de 3,7 mil toneladas para 16,5 mil toneladas. De 2012 para 2013, embora tenha caído para 3,6 mil toneladas o volume consumido, dobrou o número de casos de intoxicação, passando de 6,03 para 12,39 por 100 mil habitantes. A cana-de-açúcar é responsável por 82% da produção agrícola no estado.

Na Paraíba, o volume de agrotóxicos quadruplicou entre 2007 e 2013 (de 372 toneladas para 1,4 mil toneladas), enquanto a área plantada foi reduzida à metade (de 600 mil hectares para 311 mil hectares). De 2010 a 2013, as notificações de intoxicação passaram de 0,37 a 5,06, abaixo da média de todas as regiões do país (com exceção da Região Norte em 2013).

No Maranhão houve um aumento brutal do volume de veneno comercializado entre 2011 e 2012, de 13 mil toneladas para 38 mil toneladas. A relação por área plantada cresceu de 7,32 para 20,57 kg/ha. Em 2013, esses números caíram para 17 mil toneladas e 9,26 kg/ha. Apesar de sua magnitude, a incidência de intoxicações não passou de 0,63 caso em 2012 e 1,07 caso por 100 mil habitantes em 2013 – em subnotificação flagrante.

Também em Sergipe se verifica o processo de intensificação agrícola, com aplicação do triplo de agrotóxicos – de 479 toneladas em 2007 a 1,2 mil toneladas em 2013, com um pico de 1,5 mil toneladas em 2011. A área plantada foi reduzida no período, de 404 mil hectares em 2007 a 386 mil ha em 2013. Os casos de intoxicação foram de 0,05 para 5,37 casos por 100 mil habitantes no período.

No Rio Grande do Norte, processo semelhante: aumenta o volume de veneno, de 510 toneladas para 706 toneladas entre 2007 e 2013, e diminui a área plantada, de 470 mil hectares para 327 mil ha. O número de casos notificados passa de 0,10 em 2007 para 1,24 em 2013.

Mais oito municípios aderem ao Sisan. Site do MDSA, 03/11/2016.

Até o momento 191 prefeituras do país fizeram a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília – Mais oito municípios aderiram ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). As prefeituras de Aldeias Altas (MA), Formosa da Serra Negra (MA), Santa Inês (MA), São João do Sóter (MA), Raposa (MA), Tutóia (MA), São Lourenço (PI) e Joinville (SC) tiveram a adesão formalizada no Diário Oficial da União do último dia 31.

O Sisan coordena as ações públicas em segurança alimentar e nutricional e articula a integração entre os entes federados e a sociedade civil para garantir o direito humano à

alimentação adequada à população. Ao todo já são 191 municípios no Sisan, além dos 26 estados e do Distrito Federal. A previsão é que 600 municípios façam parte do Sisan até 2019, conforme o Plano Plurianual (PPA).

O coordenador geral de apoio à implantação e gestão do Sisan do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Élcio Magalhães, explica que, ao aderir ao sistema, as prefeituras se comprometem a instituir um conselho para discutir todas as ações, planos e metas de segurança alimentar e nutricional com a sociedade civil. “Eles também devem criar uma câmara intersetorial e elaborar um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, a prefeitura melhora a eficiência da sua política de segurança alimentar e nutricional”.

No plano, que deve ser elaborado no prazo de um ano, serão apresentados programas existentes metas e previsão orçamentária para a agenda de segurança alimentar e nutricional, além de ser um documento que permitirá o controle social por meio da sociedade civil. A adesão ao Sisan possibilita uma melhor gestão dos recursos públicos e dos programas federais, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Banco de Alimentos de Belo Horizonte resgata prática culinária das crianças. Site do MDSA, 04/11/2016.

Iniciativa é uma das 12 selecionadas para a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, que será promovida nos dias 23e 24 deste mês

Brasília – Como você ensina seu filho a importância da alimentação saudável? Em Belo Horizonte, a ajuda vem do Banco de Alimentos. Os alunos da rede municipal de ensino da capital mineira vão para a cozinha da unidade e aprendem a importância de comer bem, com o resgate da prática culinária.

O Circuito de Educação alimentar e nutricional no Banco de Alimentos: sabor e saber ao alcance das crianças foi selecionado para a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, que será realizada nos dias 23 e 24 deste mês, em Brasília. O evento também terá a apresentação em pôster de outros 50 trabalhos.

O projeto, desenvolvido há quatro anos pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (Smasan) da prefeitura de Belo Horizonte, promove visitas à unidade para que as crianças conheçam o seu funcionamento e participem de oficinas. De acordo com a nutricionista da Smasan, Luana Titonele, as atividades são lúdicas para ajudá-las a entender o conceito de segurança alimentar e nutricional. “Queremos que eles se tornem pequenos multiplicadores dessa ideia.”

As aulas incentivam o combate ao desperdício de alimentos e a redução do consumo dos pouco saudáveis. “As oficinas permitem as crianças praticarem a seleção dos alimentos que serão doados para as entidades cadastradas”, conta Luana. Por meio do resgate da prática culinária, os meninos e meninas levam um livro de receitas para casa, para cozinhar com a família. “Eles aprendem que o alimento tem outras dimensões, que não são apenas as nutricionais.”

Avaliação do projeto, desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostra que 86,4% dos alunos relataram ter gostado muito do circuito. E 62,8% consideram ter aprendido algo novo com as oficinas. “Uma aluna do quarto ano disse que a expectativa dela foi superada, pois pensava que seria uma atividade chata, só com comida ruim. Mas adorou tudo, principalmente as receitas que ela mesma preparou.”

Realizada pelo MDSA em parceria com Embrapa, Mesa Brasil Sesc, ONG Banco de Alimentos, Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul e Associação Prato Cheio, a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimento vai promover a troca de experiências e vivências do trabalho nos Bancos de Alimentos.

Consumo de agrotóxicos aumenta cinco vezes no Distrito Federal. Inês Castilho. Site do MST, 07/11/2016.

Dados do Ministério da Saúde mostram que Mato Grosso só perde para São Paulo no ranking por estados; Mato Grosso do Sul é marcado pelo contrabando de veneno

O Centro-Oeste consumiu 333 mil toneladas de agrotóxicos em 2013, 27,2% do total comercializado legalmente no país. A região inclui o Mato Grosso do Sul, estado marcado pela falsificação e contrabando de agrotóxicos. Também se verifica na região o aumento

de um terço da área plantada, de 15 milhões de hectares, em 2007, para 23 milhões de hectares, em 2013.

A incidência de casos de intoxicação por agrotóxicos saltou de 3,14 por 100 mil habitantes, em 2007, para 10,23, em 2013 – ano em que teve o maior número de ocorrências no país. Isso, apesar de haver subnotificação.

Os dados são do relatório nacional 2016 do programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA), do Ministério da Saúde, que traz a incidência de intoxicações por agrotóxicos e dados da comercialização de veneno por área plantada no Brasil entre 2007 e 2013.

De Olho nos Ruralistas publica desde segunda-feira (31/10) uma série com dados regionais sobre o tema. Confira aqui o primeiro texto: “Intoxicações por agrotóxico quadruplicam no Sudeste; donas de casa estão entre principais vítimas”.

MT CONSOME 54% DOS VENENOS NA REGIÃO

Atrás apenas de São Paulo no ranking nacional, Mato Grosso foi o primeiro da região em volume de veneno consumido (54,4% ou 181 mil toneladas) em 2013. A relação veneno-área plantada foi de 14kg/ha. Foi também o estado com a maior expansão da área plantada, 1,4 milhão de hectares. A incidência de intoxicações no estado, naquele ano, esteve abaixo de estados que concentraram volume inferior de veneno, como Mato Grosso do Sul (12,68 kg/ha) e Distrito Federal (12,47 kg/ha) – o que sugere subnotificação.

Com intensa produção de soja e milho, Goiás vem em seguida em consumo de agrotóxicos – 95 mil toneladas, ou 28,7% do comércio da região. Teve aumento de 350 mil hectares de área plantada.

Mato Grosso do Sul é marcado pela pecuária e pelo grande número de casos de falsificação e contrabando de agrotóxicos. Legalmente, comercializou 55 mil toneladas (16,4%) de agrotóxicos. O volume de veneno aplicado vem se intensificando, com 12,68 kg/ha para cada hectare de área plantada em 2013.

Entre 2007 a 2012, a incidência de intoxicações por agrotóxicos no estado foi superior à média da região Centro-Oeste. Em 2013, entretanto, verificou-se o aumento das intoxicações em todos os estados e o decréscimo na incidência de Mato Grosso do Sul,

que passou de 10,34 casos para 9,24 casos por 100 mil habitantes. Entre 2007 a 2013 ocorreram, em média, sete casos de intoxicação a cada 100 mil habitantes por ano.

No Distrito Federal houve aumento significativo de ocorrências a partir de 2010, quando passaram de 2,61 para 11,22 casos por 100 mil habitantes em 2013. Segundo o relatório do Ministério da Saúde, isso pode significar a melhoria da vigilância no estado.

CONTRAF BRASIL diz que defender o PL de Redução de Agrotóxicos é promover a vida. Site da FETRAF, 08/11/2016

A proposta foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, nesta terça-feira 08.11, em Brasília.

Promover a vida. Foi assim que o movimento da agricultura familiar se posicionou durante o lançamento público da proposta do Projeto de Lei da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA), entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, nesta terça-feira 08.11, em Brasília.

O PL de Redução de Agrotóxico é um novo projeto de lei elaborado com base no Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos (Pronara), que busca a transição da atual produção para modelos alternativos – como a agroecologia e a produção orgânica, além da redução do uso de agrotóxicos. Como o Pronara até hoje não foi aprovado, o grupo composto por mais de 15 entidades da sociedade civil, sugeriu a criação do PL (PNaRA) no Congresso.

Na ocasião, as lideranças dos movimentos sociais realizaram um ato político na Câmara contra o PL 6299/2002 que pode extinguir a Lei dos Agrotóxicos. A proposta é uma afronta a vida do consumidor, no Brasil, pois amplia o uso e consumo dos agrotóxicos no território nacional.

“Nós, dos movimentos sociais, lutamos pela agroecologia. Do outro, há grandes empresas com imenso poder econômico, multinacionais com grande capital financeiro e político, que inclusive compõe a bancada ruralista no Congresso, que colocam justamente a causa contrária. Eles, ruralistas, querem promover a morte com a distribuição de alimentos cheio de agrotóxico” falou Marcos Rochinski, coordenador geral da CONTRAF BRASIL, durante o ato na Câmara.

Apensado ao PL do veneno, o projeto de Lei nº 3200/2015, de autoria do deputado Blairo Maggi, “rei da soja brasileiro”, ícone do agronegócio e atual ministro da Agricultura, propõe a alteração do nome de Agrotóxicos para Defensivos Fitossanitários. A lei retira o poder de veto da ANVISA e do IBAMA no processo de avaliação de pedidos de liberação comercial de agrotóxicos, ou seja, a farra dos agrotóxicos.

Para os movimentos sociais, e instituições como a Abrasco, Idec, Greenpeace e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, estes dispositivos da bancada ruralista acabam com os mecanismos de controle garantidos pela atual legislação e retiram dos órgãos da saúde, Ministério da Saúde e Anvisa, o papel de controle, fiscalização e aprovação de novos produtos.

De acordo com as lideranças que lutam contra o uso de agrotóxicos, a atual lei 7.802/89, ainda é a ferramenta vigente mais adequada a regulamentação do uso de agrotóxicos no Brasil, além de ser uma conquista dos movimentos sociais ao longo dos anos.

“Esse é mais um momento histórico dos movimentos sociais, instituições e entidades que lutam a favor da soberania e segurança alimentar. Temos que somar esforços para que essa iniciativa seja exitosa e conclamar a sociedade para que também enfrentem esse debate, no sentido de lutarmos pela vida, pois alimento sem agrotóxico significa promover a saúde” avaliou Rochinski.

Sem Terrinhas se mobilizam por alimentação saudável em Viamão, no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 09/11/2016.

Encontro envolveu três escolas do município e pautou práticas agroecológicas que são realizadas no Assentamento Filhos de Sepé

Cerca de 350 crianças Sem Terra participaram, na última semana, do Encontro dos Sem Terrinhas de Viamão, na região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O evento foi realizado no Assentamento Filhos de Sepé, com objetivo de fomentar a prática da alimentação saudável.

Conforme a assistente social da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec), Camila Santos, o evento, organizado com o apoio das famílias camponesas, reuniu crianças das Escola Estadual Rui Barbosa e Escola Municipal de Ensino Fundamental

Nossa Senhora de Fátima, onde estudam os Sem Terrinhas do assentamento, além da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karáí Nhe´e Katu.

Durante o encontro foram realizadas dinâmicas, apresentação do grupo Palhaços em Rebeldia, do Acampamento do MST Dom Tomás Balduino, localizado no trevo de acesso à Charqueadas, e formação sobre o tema da alimentação saudável.

“Com o apoio da Coptec mostramos às crianças como essa questão está inserida no assentamento, que hoje é referência em produção agroecológica. Elas entenderam um pouco mais sobre o que representa o lugar onde vivem e a importância que ele tem na produção de alimentos saudáveis”, explica Camila.

Os Sem Terrinhas de Viamão também participaram de apresentações artísticas e de oficinas sobre agroecologia, violão, percussão, pintura, contação de histórias, arte com semente, capoeira, xadrez e palhaçaria.

Encontro Estadual

O Encontro dos Sem Terrinhas de Viamão aconteceu após o 18º Encontro Estadual dos Sem Terrinhas do RS, realizado de 10 a 12 de outubro, em Santa Maria, no Centro do estado. O evento teve como lema “Alimentação Saudável: um direito de todos”, e envolveu cerca de 700 crianças de acampamentos e assentamentos do MST.

Entidades apresentam projeto de lei para reduzir uso de agrotóxicos. Cristiane Sampaio. Site do MST, 10/11/2016.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, comprometeu-se a criar uma comissão para analisar a matéria

Representantes de várias entidades e movimentos populares lançaram na tarde desta terça-feira (8), na Câmara Federal, em Brasília (DF), uma proposta de projeto de lei (PL) que institui o Programa Nacional de Redução no Uso de Agrotóxicos (Pronara). Eles entregaram o documento para um grupo de parlamentares defensores da proposta e fizeram um ato para chamar a atenção da sociedade para os riscos decorrentes do consumo de pesticidas.

“É uma proposta que representa a sociedade civil, os movimentos sociais, as ONGs que cuidam desse tema. (...) Esse material vai ser o nosso instrumento de trabalho político inclusive pra combater os retrocessos que estão sendo propostos no Congresso, com o PL 62299, de autoria do senador Blairo Maggi (PP-MT), atual ministro da Agricultura. Estamos construindo esse outro PL para ser a alternativa das organizações sociais e do povo brasileiro na luta por uma alimentação saudável, sem agrotóxicos”, disse Carla Bueno, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, durante coletiva de imprensa.

Atualmente em tramitação na Casa, o PL 62299 flexibiliza a atual Lei dos Agrotóxicos e abre caminho para o consumo crescente dessas substâncias no país. A medida tem recebido fortes críticas de diversos segmentos da sociedade, que alertam para os altos índices de casos de câncer, intoxicação e distúrbios hormonais resultantes do contato direto ou indireto com pesticidas.

Durante a coletiva, as entidades destacaram que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e que, diante do atual contexto legislativo, foi adotado o Pronara como ponto de partida para viabilizar outra proposta na Câmara. O Programa foi criado durante o último governo, mas não teve efetividade, e agora é resgatado pela sociedade civil para que seja convertido, na prática, em uma política nacional.

“Ele foi produzido a muitas mãos, pela sociedade civil, mas nunca chegou a ser sancionado e foi engavetado”, lembrou Carla Bueno, que entregou o documento ao deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), presidente da Comissão de Legislação Participativa. O colegiado é o responsável pelo recebimento de propostas legislativas formuladas pela sociedade civil.

“Vamos distribuir para um deputado dar o parecer, que eu acredito que seja favorável, e vamos fazer com que seja aprovado no menor espaço de tempo possível. (...) No mais, precisamos tentar convencer os deputados no plenário, pra que a bancada ruralista entenda que eles podem ter a atividade econômica deles, mas isso não pode ser em cima do prejuízo da saúde das pessoas”, declarou o deputado.

A pauta mobilizou diversos parlamentares da oposição nesta terça-feira. “Falar em agrotóxico é falar em veneno. A bancada ruralista é forte, tem cerca de 150, 170 parlamentares nesta Casa, e nós precisamos formar uma frente com a sociedade civil pra trazer esse debate pro parlamento”, disse o líder do PSOL na Câmara, Ivan Valente (SP).

Entre os movimentos sociais que articularam a proposta estão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Via Campesina, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Saúde e meio ambiente

Durante o lançamento, os especialistas chamaram a atenção para as diversas facetas do uso dos agrotóxicos. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que reúne os sanitaristas do país, demonstrou grande preocupação com o risco de aumento do uso de pesticidas, caso o PL 62299 seja aprovado.

“Recentemente, publicamos um dossiê espelhando todas as consequências do uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos, e elas são muitas. É um problema que afeta a saúde de todos os brasileiros. (...) Esse PL vai no sentido contrário do que está ocorrendo no mundo inteiro, que é fazer um uso racional e restrito desses produtos, quando não a completa eliminação. Essa química tem um impacto no cotidiano das pessoas, na água que tomamos e no ar que respiramos”, explicou Geraldo Lucchese, representante da entidade.

Já o Greenpeace destacou um dos estudos feitos pela entidade no tocante à merenda escolar. “Fizemos testes em alimentos que potencialmente iriam para a merenda de alunos da rede municipal do Rio de Janeiro e constatamos que havia quantidade acima do limite permitido, além do uso de agrotóxicos ilegais. O Congresso tem uma bancada que quer piorar a situação. Existe um pedaço da bancada ruralista que acha que os pobres têm que comer com agrotóxico. Isso é um absurdo. Ninguém tem que comer alimentos com agrotóxicos”, afirmou o coordenador da Campanha de Agricultura da organização, Rodrigo Cruz.

Ele também destacou os impactos dos pesticidas nos recursos naturais. “Além de ser o maior consumidor do mundo, o Brasil tem os agrotóxicos como segunda maior causa de poluição dos nossos rios e mananciais. Esses dados já confirmam o tamanho do problema. O Brasil hoje é o lixo do mundo em relação aos agrotóxicos. É preciso reverter isso”, defendeu Cruz.

Ele também ressaltou que uma pesquisa encomendada pelo Greenpeace identificou que mais de 80% dos brasileiros consideram que o país aplica químicos em excesso nas plantações. “Se a opinião pública é contra, por que esta Casa será a favor?”, questionou.

Trabalho

Outro aspecto levantado pelos movimentos e instituições que buscam a redução do uso de pesticidas no Brasil é a questão da saúde dos trabalhadores que atuam na cadeia produtiva, desde o plantio até a comercialização dos químicos.

“O veneno está na mesa, e o Ministério Público sabe disso. Nós sabemos que o veneno está no campo, no ambiente de trabalho, e produzindo um custo social e previdenciário muito alto, com altos índices de enfermidades nos trabalhadores. Isso é muito preocupante”, disse o procurador regional do Trabalho no Distrito Federal, Pedro Serafim.

Presidência

Após a coletiva, entidades e parlamentares que apoiam a proposta dos movimentos foram recebidos pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se comprometeu a criar colegiado para avaliar a matéria.

“Vamos trabalhar para criar uma comissão especial, para que a gente faça esse debate num ambiente exclusivo para discutir o tema, que é urgente na vida das famílias brasileiras”, afirmou o democrata, demonstrando simpatia pelo projeto.

Entre os parlamentares que participaram do encontro estavam os deputados João Daniel (PT-SE), Nilto Tatto (PT-SP), Afonso Florence (PT-BA), Patrus Ananias (PT-MG) e Ivan Valente (PSOL-SP).

Assentamentos do MST produzem alimentos livres de veneno com base agroecológica. Lilian Campelo. Site do MST, 10/11/2016.

Áreas provam que é possível produzir alimentos livres de veneno e estabelecer uma relação de cumplicidade com a natureza

Na ilha de Mosqueiro, distrito que fica a 72 km da capital Belém, a iniciativa familiar e consolidada chamada Lote Agroecológico de Produção Orgânica (Lapo) do assentamento Mártires de Abril, é exemplo de que produzir o próprio alimento livre de veneno e ainda estabelecer uma relação de cumplicidade com a natureza pode ser um ato revolucionário em tempos de avanço da monocultura e uso excessivo de agrotóxicos.

A experiência foi criada pelo casal Mamede Oliveira e Teófila Nunes. Teo, como gosta de ser chamada, atualmente é viúva e tem 64 anos, além de pedagoga por formação é agricultora e militante no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST-PA) e atua na área de produção do movimento.

O lote é um mini sistema de produção agroecológica com pequeno plantio de macaxeira, pimenta do reino, feijão e outros produtos. No terreno há culturas diversificadas de espécies de árvores frutíferas como o cupuaçu, que Teo transforma em polpa. Mas é o açai e a criação de galinha caipira que ganham destaque. Tudo isso produzido sem uso de veneno ou adubo químico. Para além de ser apenas um lote de produção de alimento o Lapo é um projeto de vida, como ela enfatiza.

“Temos a agricultura agroecológica como uma arma, não é só como alternativa de alimentação, vai além da segurança alimentar com soberania, produz autonomia. É a nossa arma contra o agronegócio, nossa forma de produzir diante do monocultivo que está aí com o capital crescendo cada dia no campo”.

Outro ponto de destaque dessa experiência é a transformação de produtos in natura. Teo conta que extrai da árvore de andiroba o óleo para fazer um gel de massagem, rico em propriedades medicinais e utilizado há muitos anos por comunidades tradicionais na Amazônia. Ela ainda possui três tanques para criação de peixes da espécie tambaqui e produz a própria adubação para o plantio.

A diversidade de uma agricultura agroecológica desenvolvida por essa iniciativa transformou esse ambiente em referência para pesquisas acadêmicas e um espaço político pedagógico com intercâmbio entre estudantes da educação básica, movimentos de mulheres e outros grupos como o Grupo para Consumo Agroecológico (Gruca). A ideia é valorizar a produção de alimentos livres de venenos e ajudar na venda desses produtos formando uma rede de consumidores conscientes.

Consumo consciente

O Gruca vende alimentos oriundos dos assentamentos da reforma agrária e de pequenos produtores em agricultura orgânica da região metropolitana de Belém. Os alimentos são colocados em paneiros, cestas feitas de palha, denominados como paneiros cabanos, nome em alusão a revolta popular da Cabanagem ocorrida na época do Império na então província do Grão-Pará.

Noel Gonzaga, 39 anos é agricultor e idealizador do Gruca. O paraense morou no Rio de Janeiro durante 11 anos e lá fazia parte de um grupo de consumo consciente e compra coletiva. Quando voltou para Belém trouxe na bagagem o desejo de realizar a ideia. Após uma especialização no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) encontrou a oportunidade que queria e assim criou o grupo.

Noel lembra que o Gruca recebe alimentos de produtores como Teo, como polpa de fruta, ovos de galinha caipira, mel e macaxeira. Os produtos também chegam do acampamento Jesus de Nazaré, localizado em Santa Izabel. Os paneiros cabanos são vendidos quinzenalmente e divulgados em uma página na rede social, mas Noel lamenta que não possa adquirir mais produtos.

“Se a ideia se espalhasse e surgisse outro grupo, poderia pegar mais alimentos, porque o acampamento Jesus de Nazaré produz bastante, mesmo com as dificuldades que enfrenta como a ausência de energia elétrica. Não tem como pegar uma produção grande, pois o que define a quantidade de paneiros é a demanda”, conclui.

Procura por orgânicos

De acordo com o dossiê Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde produzido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) os agrotóxicos podem causar diversos problemas a saúde como câncer, má formação congênita, alergias respiratórias, diabetes, distúrbios de tireoide, depressão, aborto e até Mal de Parkinson.

Mesmo que tenhamos consciência em adquirir alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos não sabemos se estabelecimentos como restaurantes e lanchonetes têm a

mesma preocupação, então vale a pena procurar locais que possuem como princípio o consumo consciente e a preocupação de que alimento saudável é limpo de veneno.

O Ponto de Cultura Alimentar Iacitá, como explica a fundadora Tainá Marajoara, 33 anos, não é 'só um restaurante, é mais do que isso, é um espaço onde se dialoga sobre o alimento de quem produziu e de onde veio. Tainá explica que o espaço serve alimentos livres de venenos e são procedentes de pequenas propriedades, de povos indígenas, de comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária ligados ao MST.

Ela combate o mito que é propagado de que existe pouca quantidade de alimentos livres de agrotóxicos para atender uma grande demanda. Tainá informa que daqui a 15 dias o ponto de cultura Iacitá irá participar de um evento onde irá produzir quatro mil refeições servindo comida de base comunitária e sem veneno.

“Essa questão de que não há alimentos sem veneno em grande quantidade isso é uma grande mentira porque a partir do momento que tu trabalhas com a sazonalidade dos alimentos, o agricultor vai ter a quantidade para te fornecer, então tem muita comida limpa, tem muito agricultor especializado em produção de uma escala maior de alimentos sem veneno e isso precisa ser valorizado e publicizado, que é possível fazer e que não é caro comer orgânico e alimentos agroecológicos, basta ter uma relação mais próxima com quem produz”, afirma.

Os alimentos produzidos nos assentamentos da reforma agrária podem ser encontrados na loja o Armazém do Campo, localizado na Alameda Eduardo Prado, região central de São Paulo, 499.

Banco de Alimentos do DF garante alimentação a mais de 40 mil pessoas. Site do MDSA, 10/11/2016.

Além de monitorar as necessidades das entidades socioassistenciais, iniciativa promove práticas alimentares saudáveis

Brasília – Para atender 170 entidades da assistência social, o Banco de Alimentos do Distrito Federal monitora, com visitas in loco, as reais necessidades de alimentação de cada instituição. “A gestão, a partir destas informações, nos dá subsídios para tomar decisões. A gente visita e adequa os alimentos à necessidade do público. Se não fizermos

isso para verificar e qualificar melhor a informação, corremos o risco de desperdiçar”, explica a assistente social do Banco de Alimentos, Maria Bezerra.

Quase 500 agricultores familiares entregam alimentos em três unidades de recebimento e distribuição dos produtos que atendem as entidades socioassistenciais. Só em 2015, essas unidades, coordenadas pelo governo local, movimentaram mais de 1,1 milhão de toneladas de alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é responsável por aproximadamente 70% dos produtos. Assim, os produtos chegam a quem realmente precisa: 40 mil pessoas atendidas pelas entidades da rede de assistência social.

“Também orientamos sobre as instalações de cada entidade, sobre o armazenamento, a manipulação dos alimentos”, conta a assistente social. Maria Bezerra ressalta que um dos motivos para a experiência ter alcançado o sucesso foi o Banco de Alimentos atuar em parceria com os conselhos de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional do DF.

O monitoramento e o processo de gestão do Banco de Alimentos brasileiro foi uma das 12 selecionadas para participar da I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, que será realizada nos dias 23 e 24 de novembro, em Brasília. O evento também terá a apresentação em pôster de outros 50 trabalhos.

Realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) em parceria com Embrapa, Mesa Brasil Sesc, ONG Banco de Alimentos, Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul e Associação Prato Cheio, o evento vai promover a troca de experiências e vivências do trabalho nos Bancos de Alimentos.

Capacitação para as entidades – Outra ação desenvolvida pelo Banco de Alimentos do DF também foi selecionada para a mostra. Por meio de uma parceria com o curso de Nutrição de uma universidade particular da capital federal, funcionários de 33 entidades, que não possuem nutricionistas para orientar na elaboração de cardápios saudáveis, foram capacitados por meio de oficinas.

Segundo a nutricionista do Banco de Alimentos Lidianie Matos Pires, o objetivo foi o de promover conhecimento e habilidades básicas para o planejamento de cardápios equilibrados. “Elas (entidades) tinham a necessidade de utilizar os alimentos que recebiam da melhor maneira possível”, explicou.

“É uma preocupação nossa não ser só um equipamento de distribuição, mas de promoção de uma alimentação saudável. Nós instruímos as entidades beneficiadas a escolher melhor os alimentos que vão consumir. Esse tipo de capacitação gera autonomia e promove a participação das pessoas nas escolhas da sua alimentação”.

Comida de verdade - Todas as segundas-feiras, os funcionários do Centro Comunitário da Criança, no Distrito Federal, recolhem frutas, verduras e hortaliças em um dos Bancos de Alimentos da capital federal. Os produtos beneficiam 700 crianças nas três unidades da instituição.

“Gosto muito das frutas, da banana, da maçã. Prefiro a comida daqui do que a da minha casa”, conta Luan Ramos dos Anjos, 5 anos. Já Maitê Luiza de Oliveira, também de 5 anos, explica que aprendeu a comer salada na creche. “Quando a minha mãe faz em casa, eu como tudo”.

A diretora do centro comunitário, Rita Silva Ramos, ressalta que cerca de 80% das crianças atendidas são beneficiárias do Programa Bolsa Família. “Esse alimento vai para quem precisa e garante segurança alimentar e nutricional continuada. É uma política de respeito ao cidadão e garante o direito à alimentação adequada”, afirma. “Essas crianças não têm uma alimentação tão rica em casa como têm aqui. É um tesouro para nós”, completa.

A nutricionista da instituição, Raiane Damasceno e Silva, reforça a melhora da saúde das crianças a partir da alimentação oferecida. “Como construímos o nosso cardápio saudável com as doações que recebemos, eles conseguem adquirir os nutrientes que faltavam”.

Parceria entre MDSA e Embrapa permitirá mapeamento de vulnerabilidades sociais. Site do MDSA, 11/11/2016.

Iniciativa potencializará inclusão produtiva na área rural

Brasília – O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) firmou uma parceria com a Embrapa Monitoramento por Satélite para a utilização de tecnologias geoespaciais e de gestão territorial que irão auxiliar o mapeamento de vulnerabilidades sociais.

A iniciativa permitirá a identificação dos municípios que ainda se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como aqueles que já contam com ações da pasta, como o Programa Cisternas, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e a Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do ministério, Caio Rocha, o foco são as populações mais vulneráveis do Nordeste e da Amazônia. “Queremos potencializar a inclusão produtiva na área rural. Com o mapeamento será possível identificar o que é importante ser produzido e comercializado naquela localidade”.

Para o secretário, a parceria possibilitará uma análise integrada dos dados de execução dos programas e ações do ministério. “Será importante para trabalharmos números e critérios. Uma política pública deve ter como alicerce dados”, acrescentou.

Pará triplica consumo de agrotóxicos; na Amazônia, soja avança para Roraima. Inês Castilho. Site do MST, 13/11/2016.

Casos de intoxicação dobram na região Norte; Tocantins é o campeão, segundo Ministério da Saúde; tendência é de aumento do veneno por área plantada

O volume de agrotóxicos comercializados legalmente na região Norte quase dobrou em 7 anos, saltando de 16,6 mil toneladas em 2007 para 30,6 mil toneladas em 2013. A área plantada teve aumento de pouco mais de 10%, passando de 2,8 mil toneladas no início para 3,1 mil toneladas ao final do período. O número de intoxicações parece acompanhar o aumento do consumo, indo de 1,99 a 4,61 casos por 100 mil habitantes, na média. É a região com menor produção agrícola e consumo de agrotóxicos do país.

Os dados são do relatório nacional 2016 do programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, que traz a incidência de intoxicações por agrotóxicos e dados da comercialização de veneno por área plantada no Brasil entre 2007 e 2013.

De Olho nos Ruralistas publica desde segunda-feira (31/10) uma série com dados por região sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil. A primeira notícia traz dados gerais sobre o Brasil e sobre o Sudeste: “Intoxicações por agrotóxico quadruplicam no Sudeste;

donas de casa estão entre principais vítimas“. A região Sul também tem alto consumo de veneno: “Região Sul consome 23% dos agrotóxicos do país; Paraná só perde para SP e MT“. No Nordeste, um único estado concentra quase metade dos pesticidas: “Bahia aplica 46% dos agrotóxicos do Nordeste“.

TOCANTINS: SALTO NO CONSUMO

No Tocantins, estado com maior incidência de intoxicações e maior consumidor de agrotóxicos da região, os casos mais que dobraram: de 7,16 em 2007 passaram a 17,59 em 2013. Houve aumento exponencial do consumo entre 2009 e 2010, com um salto que foi de 3,3 mil a 15 mil toneladas. Em 2013 foram aplicadas 100 mil toneladas de agrotóxicos em suas lavouras.

O Pará, maior produtor da região (soja, arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, sorgo e mandioca), triplicou a comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) entre 2007 e 2013, com 9,5 mil toneladas no último ano – para uma média de 0,7 casos de intoxicação por 100 mil habitantes/ano. A incidência sugere subnotificação e baixa vigilância. O estado possuiu oito fábricas de agrotóxicos.

Em Rondônia, o mesmo indício de subnotificação: o consumo de agrotóxicos por área plantada quase dobrou em dois anos, passando de 7,56 kg/ha em 2011 a 12,73 kg/ha em 2013, enquanto o número de casos notificados de intoxicação diminuiu, de 7,80 em 2011 para 5,67 em 2013. O volume de agrotóxicos comercializados quase triplicou no período, de 2,9 mil toneladas para 8,7 mil toneladas. O estado produz principalmente milho, soja, café, arroz e feijão.

RORAIMA PREOCUPA

A expansão da soja em direção ao território de Roraima, que passou a ocupar de 12 mil ha a 18 mil ha, nos últimos anos, é motivo de preocupação. Entre 2012 a 2013 praticamente dobrou a comercialização de veneno no estado, de 442 toneladas para 873 toneladas. A relação entre consumo de veneno e área plantada foi de 13,98 kg/ha em 2013 – mais alta que em estados com grande produção agrícola e uso de agrotóxicos, como Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Mas a incidência de intoxicações, de 3 a 4 casos por 100 mil habitantes/ano, não segue a tendência e sugere subnotificação.

Também no Acre a incidência de intoxicações por agrotóxicos não acompanhou a tendência de aumento no consumo de veneno entre 2009 e 2011, permanecendo praticamente nula. Em toda série a histórica analisada, houve apenas um caso registrado, em 2011.

No Amazonas, essa incidência de intoxicações também não acompanhou o crescimento da comercialização, mas houve aumento no número de casos desde 2007. O volume de veneno comercializado cresceu muito entre 2012 e 2013, de 180 toneladas para 314 toneladas – enquanto a área plantada oscilou de 181 mil hectares para 178 mil toneladas.

No Amapá, a produção de soja ainda era pequena em 2013, mas preocupa pelo crescimento. Apenas a partir de 2012 foram registrados casos de intoxicações por agrotóxicos, sugerindo baixa vigilância.

‘O consumidor está limitado’, diz pesquisadora sobre alimentos’ Mariella Uzêda , da Embrapa, defende mudanças no prato em prol do planeta. Celina Machado. O Globo, 13/11/2016.

Pesquisadora da Embrapa Agrobiologia, Mariella Uzêda realiza um trabalho de cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) com agricultores familiares em Cachoeiras de Macacu, no Rio de Janeiro.

Como é o trabalho?

Meu trabalho é com agricultores familiares, voltado para o conhecimento tradicional, a recuperação e o uso da biodiversidade local, pensando em soberania alimentar. Metade da população mundial que passa fome está no ambiente rural. Aqui no Brasil são 36% das pessoas, o que é um contrassenso, porque o país detém 20% da biodiversidade mundial e nós não sabemos nada sobre o assunto.

Não. A maioria das pessoas que vende essas plantas está inserida no processo gerado pela moda na alta gastronomia. Mas qual o principal problema desse agricultor ao qual me refiro, que não é orgânico ainda e está nesse processo de transição? Ele ainda está na mão do atravessador. Temos todo um trabalho de mostrar o quanto é importante que ele traga seu conhecimento para centro urbano. De forma geral, o consumidor está muito limitado a poucas culturas.

Quais são os dados sobre isso?

Números da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) informam que 70% das calorias do mundo são supridas por três culturas: milho, trigo e soja. A alimentação mundial hoje está baseada em 12 culturas. Mas nossas comunidades ancestrais já dominaram 10 mil espécies de plantas para o cultivo. E se pensarmos no processo de mudanças climáticas, não podemos nos dar ao luxo de perder recursos genéticos, porque não sabemos o que nos espera. Mudar o que se come e conhecer quem produz são atitudes que têm grande impacto. Por não escolher, comemos uma comida que tem um ônus ambiental muito maior, porque viajou muito mais, tem uma pegada de carbono maior, às vezes vem de um imenso produtor, que produz uma única cultura — e deixamos de apoiar o agricultor familiar que está ali do lado.

O que as pessoas podem fazer?

Todo alimento que é exportado, se for irrigado, leva com ele um conteúdo de água gigantesco. Sabe quantos litros um boi bebe por dia? 40. Nós adquirimos o hábito de consumir sem entender que existe um processo produtivo por trás. Vá à feira orgânica, converse com os agricultores e saberá de onde vem o que está comendo.

Ações de segurança alimentar do MDSA serão apresentadas em fórum das Nações Unidas. Site do MDSA, 14/11/2016.

Secretário Caio Rocha participa do evento na África do Sul

Brasília – As estratégias brasileiras de segurança alimentar e nutricional serão apresentadas durante o Fórum Internacional Iniciativas de Proteção Social para Atingir a Fome Zero, entre os dias 15 e 17 de novembro, na Cidade do Cabo, África do Sul.

Organizado pelo Centro de Excelência contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), o evento vai reunir diversas experiências voltadas à proteção social. O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, apresentará as principais ações da pasta na área.

“O Brasil tem grandes exemplos, como o Programa de Aquisição de Alimentos, que permite a compra de produtos da agricultura familiar, beneficia os agricultores e fomenta o desenvolvimento local. Outra ação importante é a compra da agricultura familiar para a merenda escolar. Também estamos rediscutindo a redução do uso de açúcar nas bebidas, sempre com foco na alimentação saudável”, destacou.

Após a saída do Mapa da Fome das Nações Unidas, uma das preocupações do governo brasileiro é com as doenças decorrentes da má alimentação. Dados do Ministério da Saúde apontam que 57% da população adulta no país está com excesso de peso e 21%, obesa. “Além disso, 70% das doenças que temos no país decorrem de uma alimentação não adequada. Precisamos mudar essa realidade”.

Para Caio Rocha, o evento também permitirá a troca de experiências. “Será importante para conhecermos os exemplos de outros países e levarmos nossos resultados, que podem contribuir para que outras nações possam utilizá-los, auxiliando-os no desenvolvimento”.

O fórum faz parte de uma estratégia mundial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles acabar com a pobreza e a fome. Mais de 150 países se comprometeram a atingir os 17 ODS nos próximos 15 anos.

Sem Terrinha discute alimentação saudável e cultiva a solidariedade internacional. Jailma Lopes. Site do MST, 16/11/2016.

Após um intenso dia de Luta Nacional, cerca de 100 Sem Terrinha do Rio Grande do Norte, participaram de encontro regional

No último sábado (12), após um intenso dia de luta, que mobilizou a Greve Geral, cerca de 100 Sem Terrinha oriundos de acampamentos e assentamentos da região oeste do Rio Grande do Norte, se reuniram para o XIII Encontro Regional Sem Terrinha.

O tema “Alimentação saudável é um direito de todos: cultivando a identidade da criança Sem Terra e valores de solidariedade internacional” norteou os debates da atividade, que se realizou na Escola Professor Maurício de Oliveira, na Agrovila Paulo Freire, uma das nove comunidades que fazem parte do Assentamento Eldorado dos Carajás.

O Encontro, que é uma das datas do ano mais esperada pelas crianças, tem como objetivo, a compreensão dos Sem Terrinha como sujeitos de direito e espaços lúdicos, com a realização de debates para ouvir suas impressões sobre as distintas realidades sobre os locais onde vivem; além de desenvolver atividades culturais e educação estética; buscar valorizar sua identidade de Criança Sem Terra; e cultivar valores solidariedade internacional e transformação da realidade.

De acordo com Alexandra Cordeiro, do Setor de Educação da Brigada Chico Mendes, o espaço contou com a participação crianças entre dois e doze anos, e as atividades foram pensadas a partir de suas faixas etárias. As crianças se envolveram na programação, participando das rodas de conversas, oficinas temáticas, brincadeiras, contextualizada com as vivências de suas áreas de assentamentos e acampamentos.

“Vivemos em uma região onde o agronegócio se expressa fortemente pelo cultivo de fruticultura irrigada, portanto, realizar um encontro discutindo com as crianças a alimentação saudável é de suma importância para a formação delas. Além disso, reafirmamos que nosso projeto de Reforma Agrária Popular é um projeto para pessoas, em que nossas crianças também são sujeitos, diferente do agronegócio em que tudo é mercadoria”, destaca Cordeiro.

A escola foi ocupada pelas crianças com muita música, risos soltos, palavras de ordem, várias expressões de arte e muitos questionamentos dos Sem Terrinha.

O Sem Terrinha Matheus, de 9 anos, na roda de conversa lúdica sobre “Identidade e infância Sem Terrinha”, lembrou que antes da invasão portuguesa, as terras do Brasil eram cuidadas apenas pelos indígenas e que não havia tanta destruição como existe hoje.

“Hoje a gente vê a natureza destruída pelo homem que só quer saber de dinheiro, enquanto um monte de gente sofre no mundo”, afirma.

Já Rebeca, de 11 anos, lembra que apesar da violência, os indígenas resistiram em luta. “Os índios são nossos irmãos, lutaram e tiveram seu sangue derramado para defender nossas terras”, destaca.

E foi assim que a discussão construiu de forma lúdica, a história de luta dos povos no Brasil. Além de remeter também a história sobre os conflitos que ocorrem em outros locais do mundo, como Síria e Palestina, cultivando os valores de solidariedade internacional das crianças.

Participação do LEDOC

O Encontro também contou com a participação de professores e estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), da Universidade Federal Rural do Semiárido, desde o processo de construção até a vivência, como parte de um processo de aproximação entre Universidade e o MST.

De acordo a professora Jamira Lopes, coordenadora do curso, a Universidade precisa estar a serviço da classe trabalhadora, não só ao produzir conhecimento, mas principalmente ao construir junto com os trabalhadores e trabalhadoras processos de acúmulos de vida. Lopes avalia ainda, que o XIII Encontro dos Sem Terrinha proporcionou importantes lições.

"A primeira delas, diz respeito ao compromisso que a Universidade deve ter com as novas gerações. Compromisso pautado na produção e disseminação do conhecimento. Esse conhecimento de caráter e natureza pública. A segunda lição está contida na própria palavra de ordem dos Sem Terrinha: "Bandeira, bandeira vermelhinha! O futuro da nação está nas mãos dos Sem Terrinha". Esse grito de ordem evidencia que os filhos da classe trabalhadora construirão novos horizontes para esse país de marginalizados," afirma.

Sua avaliação aponta a necessidade do conhecimento ser ocupado pela classe trabalhadora, e sua produção ser vinculada à transformação da realidade, principalmente diante da atual conjuntura brasileira.

"Vamos ocupar o latifúndio do conhecimento e com ele faremos a melhor de todas as armas: a arma da crítica empunhada contra a exploração do trabalho e a desumanização do Homem e da Mulher, do campo e da cidade", conclui Lopes.

Para o MST, essa construção coletiva é central para a luta em defesa dos direitos dos povos do campo, principalmente em tempos de golpe onde a Educação do Campo corre muitos riscos, com a PEC 55, a "Lei da Mordaza", e a paralisação da Reforma Agrária.

"Estamos em um tempo que exige solidariedade entre e os esforços na construção da unidade pela classe trabalhadora e de todos aqueles que estão construindo lutas pela transformação da sociedade brasileira", destaca Alexandra Cordeiro.

Encontro dos Sem Terrinha

Os Encontros dos Sem Terrinha, é organizado anualmente pelo Setor do Educação do MST, entre outubro e novembro, em todos os estados em que o Movimento está organizado.

Inicia-se com o processo de construção de encontros regionais, e culmina-se em Encontro Estadual dos Sem Terrinha, com caráter de formação, organização e síntese das necessidades do Sem Terrinha para as lutas que o Movimento realiza durante todo o ano.

A intenção também é de proporcionar às crianças dos acampamentos e assentamentos, intercâmbios de experiência, formação, arte e luta.

Sem Terra entregam cerca de 4 toneladas de alimentos na periferia de Maceió. Gustavo Marinho. Site do MST, 16/11/2016.

Alimentos vieram dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata Alagoana e foram entregues aos moradores da comunidade

“Aqui está o fruto da luta dos Sem Terra. É com muita satisfação que a gente divide o resultado do nosso trabalho na terra”, disse Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, durante o ato de entrega de alimentos no Conjunto Otacílio de Holanda, periferia da parte alta da cidade de Maceió, na manhã da última terça-feira (15).

Cerca de 4 toneladas de alimentos vindo dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária da região de Atalaia, Zona da Mata Alagoana, foram entregues aos moradores do conjunto. Milhares de sacolas com macaxeira, batata, feijão de corda e laranja chegaram às casas das famílias da comunidade que, mesmo com chuva, fizeram fila e festa para receber os alimentos das mãos dos Sem Terra.

O ato de entrega ocorreu na sede da Abassá de Angola Oyá Igbalé, casa coordenada pela Yalorixá Vera Rodrigues que, junto ao Maracatu Raízes da Tradição, receberam os camponeses e camponesas para a entrega dos produtos.

“Esse é um ato de união e de celebração da vida e da paz”, comentou Mãe Vera. “A comunidade recebe de braços e coração aberto cada uma das doações, na certeza de que hoje muita gente sai daqui feliz sabendo que terá o que comer em casa”.

Ressaltando a necessidade da aliança entre campo e cidade, Débora destacou que essa relação é fundamental para que a população que vive nas cidades compreenda o papel e a importância da realização da Reforma Agrária.

“Vivemos um momento difícil, onde os governantes não garantem saúde, escola, moradia, trabalho..., Mas já aprendemos em nossa história que é preciso organização e luta, seja no campo ou na cidade, para fazer com que nossos direitos sejam garantidos”, comentou. “É exatamente por isso que muitas vezes nossas ocupações, lutas e marchas não são compreendidas, pois só com organização e luta, enfrentando o que for preciso, conquistaremos a garantia de condições dignas para a nossa vida, nosso trabalho e produzir alimentos saudáveis para abastecer a mesa do povo brasileiro”.

Débora lembrou também que uma das áreas que levou parte da sua produção para doação na periferia é o acampamento São José, antiga fazenda São Sebastião, em Atalaia, onde as famílias acampadas há 12 anos sofreram despejo e seguem resistindo em luta para conseguir a terra para viver e trabalhar.

De acordo com o Movimento, essas ações devem ser repetidas em outras comunidades na periferia de Maceió e no interior do estado, sempre aliando a doação dos alimentos com a preservação e valorização cultural das comunidades.

Conab vai ajudar na elaboração de Política de Alimentação Escolar no Togo. Site da CONAB, 17/11/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participará do I Fórum Nacional sobre Alimentação Escolar no Togo, que acontece de 21 a 25 de novembro, em Lomé. A empresa apresentará a experiência brasileira de incentivo à agricultura familiar e acesso à alimentação, por meio do programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Fórum discutirá a Política Nacional de Alimentação Escolar naquele país, com a participação de entes do próprio governo, representantes da sociedade civil e parceiros de outros países. A Conab será representada pelo Gerente de Programação Operacional da Agricultura Familiar, Tiago Horta.

O convite ao governo brasileiro para participação do Fórum surgiu após visita de representantes da República Togolesa, em 2014. Na ocasião, a comitiva africana

conheceu a experiência da Conab na execução de políticas e programas sociais e solicitou apoio para a elaboração de uma política de alimentação escolar e para a preparação de um plano de implementação da política.

A participação no Fórum é mais uma ação do Programa de Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, estabelecido entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (PMA). Além da Conab, a delegação brasileira contará com representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

UFRGS vai comprar R\$ 6 milhões de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 18/11/2016.

Esta é a maior chamada pública lançada por uma instituição de ensino por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) lançou uma chamada pública no valor de R\$ 6 milhões para a compra de carne bovina e suína da agricultura familiar. Esta é a maior aquisição realizada por uma instituição de ensino federal por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

A compra de 247 toneladas dos produtos será feita de forma parcelada. O edital está aberto até 7 de dezembro.

As carnes irão compor o cardápio das 11 mil refeições diárias servidas nos seis restaurantes universitários em Porto Alegre a partir de fevereiro. A nutricionista e diretora da Divisão de Alimentação da UFRGS, Ludymila Barroso, destaca que a qualidade dos produtos é superior ao que era adquirido anteriormente.

“Além de promover o desenvolvimento local, acredito que em questão de qualidade vale muito a pena comprar dos agricultores familiares porque eles estão se qualificando e se desenvolvendo para conseguir cada vez mais aprimorar os seus produtos”, afirmou. Ela prevê também o lançamento de mais duas chamadas ainda neste ano voltadas para a compra de sucos orgânicos, geleias, arroz, além de frutas, verduras e hortaliças.

Além das carnes, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também abriu chamada pública para a compra de cucas para compor o café da manhã dos alunos que se hospedam na universidade. O valor investido será de quase R\$ 20 mil. A abertura das propostas está marcada para 8 de dezembro.

“Para as universidades que estão comprando para abastecer os seus restaurantes, isso é muito importante porque liga de fato uma ação da universidade com a extensão. Há um envolvimento maior da instituição ao fomentar a economia no território onde ela está inserida”, destacou a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Heliel Santos.

A prioridade de compra será para agricultores familiares e organizações locais, de comunidades tradicionais, assentados, mulheres e para a produção agroecológica e de orgânicos.

Organizações, associações e agricultores familiares que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) podem participar da chamada pública. Cada agricultor familiar poderá vender até R\$ 20 mil.

Comer é um ato Político: seminário nacional do MATOPIBA debate sobre Soberania Alimentar e a ameaça do uso dos Agrotóxicos. Site da CONTAG, 18/11/2016.

Camponeses, camponesas, povo indígenas e quilombolas na tarde do segundo dia, 17, do Seminário Nacional “MATOPIBA: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil”, debate sobre “O respeito aos modos de vida e a produção de alimentos saudáveis: soberania alimentar e a ameaça do uso intensivo de agrotóxicos”.

Maria Emília Pacheco da FASE e do CONSEA, fala sobre o respeito aos modos de vida é falar dos sujeitos que vivem nesse território, é falar como esse projeto afeta também os hábitos alimentares desses sujeitos. “Somos povos do Cerrado temos direitos, a natureza tem direito. O Cerrado perdeu o cheiro, acabou o puçá, caju do campo, as sementes secaram. O Cerrado está clamando por vida”, conta Aparecida da Comunidade Quilombola Grotão, TO.

A Revolução Verde separou os povos tradicionais do meio ambiente, por meio da desapropriação e despropriação de seus territórios. “Nós temos uma missão história, nós

temos que encontrar uma forma de reconstruir as relações da natureza, defendendo os direitos dos povos indígenas, tradicionais e camponeses”, explica Maria Emília.

É preciso compreendermos que a ideia de território é onde se vive, é um lugar dos ritos, da religiosidade, portanto, “os camponeses e camponesas são os sujeitos históricos”, afirma Maria Emília. É por essa razão que a muito tempo os movimentos sociais que fazem parte da Via Campesina questionaram e chamaram a atenção dos órgãos internacionais sobre o conceito de Soberania Alimentar. Hoje, a Soberania Alimentar é tida como um direito, “é uma definição muito importante pois 75% dos alimentos produzidos no mundo vem da Agricultura Camponesa”, argumenta ela.

Há uma ameaça permanente do cerceamento à terra, ao direito do livre uso dos territórios e ao exercício dos seus livres saberes. Quanto a essas ameaças “nós precisamos responder que acenamos para o futuro, pois não há biodiversidade conservada se não há o que chamamos de Sociobiodiversidade, a qual não haveria sem as populações indígenas, quilombolas e camponeses. Visando não só pela parte da produção, mas também de sementes e venenos”, argumenta a representante da FASE e CONSEA.

Essas ameaças têm afetando diretamente a alimentação das populações, que estão sendo forçadas pelo Capital, representado no campo pelo Agronegócio, a deixar de produzir frutas e verduras para o consumo e substituí-los pelos produtos ultra processados, que por consequência tem sido a causa de doenças como a obesidade. Outra questão, é a Biofortificação de sementes, uma manipulação perigosa que torna as sementes artificiais e por consequência a alimentação.

Comer é um ato político, “acho que precisamos enfrentar de fato o tema e fazer o diálogo com a sociedade sobre a redução da nossa diversidade alimentar e as ameaças do uso de agrotóxicos, pois só comida de verdade no campo e na cidade, produz Soberania Alimentar. É preciso cuidar e respeitar os processos culturais, hoje há o reconhecimento histórico e cultural material, porém precisamos debater sobre o valor histórico cultural imaterial”, enfatiza Maria Emília.

Maria do Socorro, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), fala sobre os impactos na vida das mulheres quebradeiras de coco, considerando que o babaçu é fonte de renda para mais de 400 quebradeiras de coco. “Os impactos desse modelo não alimentar, pois prefiro chamar assim, afeta diretamente os territórios, e como é que

vamos viver se estão tirando nossas terras, e não é só o babaçu, tem as plantas medicinais”, explica Socorro.

Ela ainda coloca que “o desenvolvimento sustentável é aquele em que você tem todos os dias o que comer, não é aquele que você tem só uma vez, isso não sustenta. Temos feito o lançamento da Lei do Babaçu Livre, para que as mulheres possam poder buscar o babaçu onde ele esteja. Babaçu Livre é Povo Livre”.

Por sua vez, Cleber Folgado da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, fala sobre os agrotóxicos, sua origem e suas consequências. “Eles fazem parte de um pacote de imposição do Estados Nacional, é resto das armas químicas da II Guerra Mundial adaptadas para o uso no campo com a justificativa de matar e a fome e de facilitar o trabalho no campo”.

É importante destacar que essa imposição é histórica e tem sido feita aos camponeses, criando um ciclo vicioso com a contribuição do Estado. “O Agronegócio é uma aliança de classes entre o capital financeiro, as transnacionais e o latifúndio economicamente “bancado” pelo Estado. Não podemos esquecer do papel que a mídia tem cumprido na criação da Monocultura da Mente, cientes de que o Capital é expert em criar coisas inúteis”, esclarece o representante da Campanha.

Na saúde a uso de agrotóxicos está relacionado as intoxicações agudas que são imediatas, e as crônicas, causadas pela acumulo diário do consumo de agrotóxicos em nosso organismo. “No Brasil, os agrotóxicos matam muito mais que os casos de Zika Vírus, a cada dólar 1 dólar gasto em agrotóxicos é gasto 1,28 dólares em saúde nos casos agudos, ou seja, imediatos”, explica Folgado.

Quando olhamos para o Meio Ambiente o uso abusivo de agrotóxicos tem causado distúrbios e o extermínio da biodiversidade, o que causa um impacto direto nos sistemas produtivos. Sem contar que quando olhamos para o econômico, contata-se que as empresas têm isenções fiscais e recebem investimentos por parte do Estado. É por essa razão que o país se tornou a maior lixeira tóxica do mundo, sendo que desde 2008 somos campeões mundiais em consumo de agrotóxicos.

Folgado fala ainda sobre as fusões da Bayer e da Monsanto, representando um grande ameaça pois, uma é a grande produtora de sementes transgênicas e a outra grande produtora de veneno. Desmistifica os mistos com relação aos agrotóxicos e suas aplicações, do

desmonte normativo (no legislativo, executivo e judiciário), assim como, o papel e as ações da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

O Seminário Nacional “MATOPIBA: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil” iniciou do dia 16 e se entende até a sexta-feira, 18. Organizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que tem como lema “Sem Cerrado. Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida” o evento está sendo realizado no centro de formação da Contag, com o objetivo de estudar, debater e traçar os próximos passos a serem adotados para barrar esse projeto de expansão do Agronegócio que é o MATOPIBA.

Programa combate desperdício de alimentos em São Paulo. Site do MDSA, 21/11/2016.

Mesa Brasil realiza doações para 830 instituições. Experiência será apresentada em Brasília durante mostra

Brasília – De um lado, supermercados, produtores rurais e outros representantes da indústria de alimentos que não conseguem comercializar toda a produção disponível. De outro, instituições de atendimento social que precisam levar comida ao prato de seus beneficiários. Nas duas pontas dessa história está o Programa Mesa Brasil Sesc, que trabalha no combate ao desperdício de alimentos, levando alimentos a quem precisa.

No interior de São Paulo, o programa possui 13 unidades e repassa alimentos a 830 instituições. “Trabalhamos para promover acesso à alimentação em qualidade e quantidade, sem comprometer outras necessidades”, destaca a coordenadora do Mesa Brasil em Campinas, Lílian Rocha.

Seguindo um cronograma de visitas, 39 caminhões refrigerados e equipados para recolher todo tipo de doações visitam empresas e parceiros que doam alimentos sem valor comercial, mas adequados ao consumo humano. A equipe de cada um dos veículos, composta por um motorista e um ajudante, recebe treinamento para fazer a triagem do que pode ou não ser aproveitado.

A coleta termina na hora do almoço, e, enquanto os motoristas fazem uma pausa para a refeição, os coordenadores do projeto organizam a rota de entregas, feitas no período da

tarde. “Não temos estoque ou depósito. Fazemos a distribuição no mesmo dia”, explica a nutricionista. A essa modalidade, dá-se o nome de colheita urbana. Na região, ela beneficia 152 mil pessoas.

Diversos critérios são levados em conta na hora de decidir a destinação de cada produto. Segundo Lílian, o perfil do público e a capacidade de armazenamento de cada local são decisivos na escolha.

“Quando recebemos mamão, por exemplo, direcionamos para instituições que trabalham com a terceira idade, já que a fruta tem nutrientes importantes para esta faixa etária”, explica. Para receber doações, é preciso que a instituição seja legalmente constituída e tenha cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social.

“Não trabalhamos apenas com a doação de alimentos, enfatizamos também um componente educativo”, esclarece. Nas instituições que visitam, os funcionários do Mesa Brasil promovem encontros e conversas para ensinar técnicas de armazenamento, manipulação, preparo, aproveitamento integral e melhor apresentação das refeições. A iniciativa não beneficia apenas quem recebe os produtos excedentes, mas também quem doa. Mensalmente, o Mesa Brasil presta contas de todos os itens doados, o que contribui para uma gestão mais eficiente do alimento em cada um dos parceiros.

A ação “Contribuição de um programa de combate à fome e desperdício de alimentos no estado de São Paulo” foi uma das 12 selecionadas para a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, que será realizada nos dias 23 e 24 de novembro, em Brasília. O evento também terá a apresentação em pôster de outros 50 trabalhos.

Bancos de alimentos reduzem e previnem perdas e desperdícios de produtos. Site do MDSA, 22/11/2016.

Experiências de várias regiões serão apresentadas nos dias 23 e 24 de novembro durante encontro em Brasília

Criados para reduzir e prevenir as perdas e desperdícios de produtos, os bancos de alimentos serão tema de encontro nos dias 23 e 24 deste mês, em Brasília. Promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos pretende valorizar as experiências cotidianas e

estimular o protagonismo local dos gestores e beneficiários dos bancos, além de contribuir com a reflexão e constante melhoria nas ações desenvolvidas no país.

Os bancos de alimentos atuam no recebimento de doações de produtos considerados fora dos padrões para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil, como creches, escolas, asilos e hospitais. Atualmente, o país conta com 221 bancos que atendem 10,2 mil instituições, beneficiando 4 milhões de pessoas.

“A mostra permitirá o compartilhamento de experiências de trabalho que cada banco realiza e possibilitará que participantes reflitam sobre suas ações e práticas, buscando melhorias”, afirma a coordenadora-geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Kathleen Machado.

Na mostra, representantes de 12 iniciativas de diferentes regiões do país apresentarão suas experiências. Além disso, 50 trabalhos serão expostos em pôster. Os temas debatidos serão práticas alimentares saudáveis, planejamento, gestão e monitoramento, o papel dos bancos no combate à insegurança alimentar e o impacto do desperdício de alimentos.

O evento será realizado em parceria com Embrapa, Mesa Brasil Sesc, ONG Banco de Alimentos, Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul e Associação Prato Cheio. A programação inclui também mesas-redondas, minicursos, mostra permanente, espaços para apresentação e discussão de experiências.

Programa – Criado em 2003, o Programa Banco de Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, é uma das principais políticas públicas brasileiras para a prevenção e redução do desperdício de alimentos.

Os bancos exercem papel importante na articulação intersetorial das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que apoiam o abastecimento alimentar local por meio da integração com outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Segundo Kathleen Machado, o Brasil ainda tem que avançar na área. Um dos desafios é a elaboração de uma metodologia para diagnóstico de quanto se realmente desperdiça e se perde de alimentos no país. “Nossa expectativa é avançar no debate, trazer mais atores para fazermos um trabalho mais cooperativo e articulado, dando mais eficiência à política

pública. Queremos formar um comitê nacional para a redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos”, destaca.

Preocupação mundial – Cerca de 30% de tudo o que é produzido no mundo é desperdiçado e perdido antes de chegar à mesa do consumidor. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), isso gera um prejuízo econômico estimado em US\$ 940 bilhões por ano, o que corresponde a cerca de R\$ 3 trilhões.

A redução de perdas e desperdícios de alimentos está inserida como meta do Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e da Agenda 2030 – plano com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas.

Mostra sobre bancos de alimentos reúne experiências de diferentes regiões do país. Site do MDSA, 23/11/2016.

Evento em Brasília busca estimular o protagonismo local de gestores e beneficiários

Brasília – Representantes de 12 bancos de alimentos de diferentes regiões do país estão reunidos até quinta-feira (24), em Brasília, para trocar informações durante a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos. Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o evento busca valorizar e estimular o protagonismo local dos gestores e beneficiários dos bancos, além de contribuir com a melhoria das ações desenvolvidas.

“Nosso intuito é promover a segurança alimentar e garantir direito humano adequado e saudável para populações mais vulneráveis”, destacou a coordenadora de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Kathleen Machado.

A programação inclui palestras, debates, mesas-redondas e minicursos. Na ocasião, também será formalizada a criação da Rede Nacional de Bancos de Alimentos, composta por 223 unidades, entre instituições públicas e privadas, administradas pela sociedade civil.

“Estamos nos unindo para organizar nossa política, somar nossas forças e dividir as responsabilidades, para reduzir o desperdício e dar segurança alimentar a 3,6 milhões de brasileiros que ainda passam fome”, afirmou o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha.

Rocha ressaltou ainda o papel de varejistas e da indústria no processo de doação de alimentos para os bancos, além da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no combate à insegurança alimentar. Segundo ele, a ampliação da modalidade Compra Institucional é uma ferramenta essencial para reduzir o desperdício de alimentos.

Banco de Alimentos – Os bancos atuam no recebimento de doações de produtos considerados fora dos padrões para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil, como creches, escolas, asilos e hospitais. Atualmente, o país conta com 221 bancos que atendem 10,2 mil instituições, beneficiando 4 milhões de pessoas.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), cerca de 30% de toda a produção mundial se perde antes de chegar à mesa do consumidor, o que representa um prejuízo anual de US\$ 914 bilhões.

TCU impede mais de 15 mil agricultores familiares de participarem do PAA. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 23/11/2016

TCU cria mais excesso de burocratização, por exemplo, proíbe agricultores de embalar alimentos com matéria prima de terceiros

Mais de 15 mil agricultores familiares no país estão sendo prejudicados com a suspensão da contratação de fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, após o Tribunal de Contas da União (TCU) criar mais excessos de burocratização no sistema de produção.

O motivo partiu do relatório do TCU que cita, por exemplo, se o agricultor familiar faz aquisição dos demais insumos em outros estabelecimentos, adquirindo produtos de empresas que não se enquadram nas características do Programa, o recurso do PAA está sendo partilhado entre o agricultor familiar, o mercado local e as demais empresas que produzem as demais matérias-primas.

Para a CONTRAF BRASIL isso não passa do mero excesso de burocratização, além de não reconhecer que o programa ajuda o giro da economia local. “Ele condena que o agricultor familiar, por exemplo, embale suas hortaliças com terceiros. Ora, o agricultor cultiva alimentos e não embalagens, ele então terá que comercializar sem acondicionar de forma correta os seus produtos? O TCU está agindo sem razoabilidade! ”, conta o coordenador de gestão e finanças da CONTRAF BRASIL Lázaro Bento, como acontece na prática.

No relatório divulgado pelo TCU, também reconhece que não houve fraude ou desvio de recursos de 2012 até maio de 2015, porém atribui o ‘descontrole’ entre as aquisições efetuadas pela Conab e a quantidade demandada pelas organizações receptoras nos processos do PAA/CDS.

No entanto, a realidade apresentada pelos restaurantes populares, cozinhas comunitárias e instituições públicas de ensino não é esta, pois como os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, o programa mudou a realidade da qualidade da alimentação e ajudou no combate à desnutrição e a fome.

Esse programa também impulsionou a criação do Selo da Agricultura Familiar e a organização da famosa Feira Nacional da Agricultura Familiar, e ainda a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, na construção da política de agroecologia e produção orgânica.

Vale ressaltar, que a auditoria do TCU veio justamente no momento em que a atual gestão do governo assumiu a presidência, que logo após promoveu uma dança das cadeiras na Conab nos cargos de assessoria e direção.

Os procedimentos de auditoria do TCU foram aplicados em Brasília, mas utilizando informações obtidas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Maranhão, Sergipe, Bahia e Santa Catarina.

CONTRAF BRASIL participa do Seminário Nacional Sobre o Direito Humano à Alimentação. Site da FETRAF, 24/11/2016

O evento pretende debater ameaças ao direito humano à alimentação e experiências exitosas na garantia deste direito.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, realiza nos próximos dias 30/11 e 01/12 o Seminário Nacional sobre o Direito Humano à Alimentação.

O evento pretende debater ameaças ao direito humano à alimentação e experiências exitosas na garantia deste direito. O evento contará com parlamentares, ex-ministros, representantes de confederações de trabalhadores do campo, acadêmicos, representantes de conselhos e associações que lutam contra o agrotóxico.

O evento ocorrerá no Plenário 9 do Anexo II.

Confira a programação e participe!

Agricultores familiares mostram que tem expertise na produção de alimentos saudáveis. Site da FETRAF, 24/11/2016

Na cidade de Iporá, em Goiás, cerca de 36 expositores da agricultura familiar participam do 3º Encontro de Cooperativas e Associações do Território Médio Araguaia, com atividades simultâneas.

As feiras da agricultura familiar ganham cada vez mais espaços no comércio de alimentos e essa realidade é possível pela organização das comunidades que planejam suas ações visando fortalecer a agricultura familiar.

Na cidade de Iporá, em Goiás, cerca de 36 expositores da agricultura familiar participam do 3º Encontro de Cooperativas e Associações do Território Médio Araguaia, com atividades simultâneas da 2ª Feira Territorial da Agricultura Familiar do Médio Araguaia e o 1º Encontro de Mulheres Rurais do Médio Araguaia.

A programação inclui rodadas de debates entre palestrantes e agricultores, oficinas, e a troca de experiências. A Fetraf de Goiás é uma das entidades que tiveram a iniciativa da realização do evento, a fim de apresentar o que a agricultura familiar oferece e que as famílias produzem com qualidade.

“Agricultura familiar a cada tem se superado acerca da qualidade dos seus produtos. Trabalhamos organizados e hoje somos protagonistas no cenário de alimentação saudável e orgânica”, fala o coordenador de Reforma Agrária e Meio Ambiente da Fetraf, Gerailton Ferreira dos Santos.

As famílias já possuem expertise no fornecimento de alimentos para os programas PAA e PNAE, que tem um de seus objetivos, atender pessoas em situação de insegurança alimentar, combater à desnutrição e a fome.

“Os rumores de que a agricultura familiar não tem capacidade de atender os programas do PAA e PNAE é uma mentira e estamos aqui para provar isso”, contrapõe Gerailnton fazendo referência a paralisação da contratação por medida do Tribunal de Contas da União (TCU), que deixou mais de 15 mil agricultores familiares fora dos programas.

As atividades dos Encontros e da Feira acontecem até esta sexta-feira 25 com a participação de mais de 100 agricultores e agricultoras familiares.

Acampados participam de oficina de fitoterápicos e produção de alimentos saudáveis. Catiana de Medeiros. Site do MST, 25/11/2016.

Os participantes aprenderam na teoria e na prática sobre os fitoterápicos e seus benefícios. Também tiveram momentos de estudo sobre agrotóxicos e agroecologia

Com o objetivo de valorizar os sabores populares e a saúde coletiva, o setor de saúde do MST realizou, na última semana, oficinas sobre fitoterápicos e produção de alimentos saudáveis no Assentamento Rondinha, situado no município de Joia, no Noroeste do Rio Grande do Sul.

As atividades aconteceram no Horto Medicinal Plantas para a Vida, e envolveram Sem Terras dos acampamentos Dom Tomás Balduino e Sepé Tiaraju, de Charqueadas e Eldorado do Sul, na região Metropolitana de Porto Alegre; e Terra e Vida, de Passo Fundo, no Norte gaúcho.

Os participantes aprenderam na teoria e na prática sobre os fitoterápicos e seus benefícios. Também tiveram momentos de estudo sobre agrotóxicos e agroecologia, contradições do

modelo do agronegócio e princípios organizativos do Movimento, além de debates sobre a atual conjuntura política do país.

“O intuito é reunir nossa militância para discutir questões que envolvam saúde e produção de alimentos saudáveis, mas também debater os retrocessos que a retirada de direitos trará à classe trabalhadora”, explica o assentado Sérgio Reis Marques.

Ao final das oficinas, os Sem Terras definiram temas para debates nos acampamentos, a fim de fortalecer o setor estadual de saúde e garantir o cuidado às famílias através do uso de fitoterápicos e da alimentação livre de venenos.

“Vamos reforçar nos lugares onde vivemos os valores humanistas e o respeito que devemos ter com a terra, porque ela é fonte de vida”, finaliza Marques.

Anvisa vê baixo risco de intoxicação em frutas, hortaliças e legumes. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 25/11/2016.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) revelou hoje que, dentre 13 frutas, legumes e hortaliças pesquisados apenas 1,1% das amostras analisadas, entre o período de 2013 e 2015, continham risco de intoxicação aguda, ou seja, ofereciam riscos à saúde humana após 24 horas de consumo.

Dentre as amostras, os alimentos que mais apresentaram risco de intoxicação são a laranja e o abacaxi.

O resultado consta do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que é divulgado desde 2003. Esta, porém, é a primeira vez que o estudo monitora riscos para a saúde, sendo que nas edições anteriores verificava apenas se eram produzidos com agrotóxicos sem certificação junto aos órgãos de controle do governo.

De acordo com esses resultados, a laranja apresentou 12% de amostras com potencial de risco agudo dentre 744 amostras pesquisadas, devido ao agrotóxico carbofurano, responsável por essas situações de risco segundo a Anvisa. O abacaxi, por sua vez, apresentou 5% de amostras com chances de risco agudo perante 240 analisadas por conta do agrotóxico arbendazim. Além do mais, a couve apresentou 2,6% de 228 amostras, a uva registrou 2,2% de 224 amostras e a alface 1,3% de 448 amostras.

Ao todo foram utilizadas 12.051 amostras de 25 alimentos em 26 Estados e no Distrito Federal, que representam cerca de 70% dos alimentos de origem vegetal consumidos pela população brasileira, informou a Anvisa.

Além de laranja, abacaxi, couve, uva e alface, também foram pesquisados mamão, morango, manga, pepino, feijão, goiaba, repolho e maçã.

Outros alimentos como arroz, milho (fubá), trigo (farinha), banana, abobrinha, pimentão, tomate, batata, beterraba, cebola, cenoura e mandioca (farinha) também foram auditados, mas não tiveram amostras detectadas com nenhum percentual potencial de risco à saúde..

“O alimento brasileiro in natura é seguro para consumo e temos que lembrar que frutas e hortaliças são fundamentais para uma dieta saudável e previnem doenças crônicas importantes”, disse o presidente da agência, Jarbas Barbosa.

“Em apenas 1% das amostras encontramos o risco de intoxicação aguda concentrado principalmente nos produtos laranja e abacaxi, mas como os resíduos de agrotóxicos em geral estão na casca a retirada da casca já ajuda a reduzir”, concluiu.

Barbosa também recomendou que o consumidor preserve o hábito de lavar bem frutas e legumes para ajudar na remoção de resíduos que geralmente permanecem nesses alimentos, que procure consumir produtos da época da compra. O presidente da Anvisa também alertou que cadeias de supermercado tenham um maior controle na aquisição desses produtos junto aos agricultores, para evitar que ofereçam em suas prateleiras produtos que tenham sido cultivados com agrotóxicos usados de forma inadequada e ou que provoquem excesso de resíduos.

A Anvisa ainda avisou que nos próximos anos, o PARA deve aumentar o número de alimentos monitorados de 25 para 36, os quais terão abrangência de mais de 90% dos alimentos de origem vegetal consumidos pela população brasileira, segundo dados do IBGE. E que o programa ampliará o número de agrotóxicos pesquisados nas amostras, incluindo substâncias de elevada complexidade de análise, como glifosato e o 2,4-D, entre outras.

Parceria entre doadores e beneficiários é destaque na I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos. Site do MDSA, 25/11/2016.

Trabalho desenvolvido entre grupo Atacadão e Programa Mesa Brasil do Sesc reduz condição de insegurança alimentar de crianças, jovens, adultos e idosos

Brasília – A parceria entre doadores e beneficiários foi um temas discutidos durante a I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Durante mesa-redonda, o representante do grupo Atacadão, Lúcio Silva, falou sobre o trabalho social, desenvolvido há nove anos, em parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc, um dos parceiros da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Entre janeiro e outubro deste ano, o grupo doou mais de 1.100 toneladas de alimentos, principalmente hortifrúti.

Os bancos atuam no recebimento de doações de produtos considerados fora dos padrões para a comercialização, mas adequados ao consumo. Segundo Lúcio, o trabalho realizado junto ao Programa Mesa Brasil preserva a responsabilidade com a manipulação do alimento que será doado.

“É comum que a manipulação operacional do produto nos mercados e a própria manipulação do cliente causem avarias ou algum machucado ao produto, o que não o inviabiliza para o consumo humano. Dessa forma, temos o compromisso de firmar parcerias para garantir que esse alimento será utilizado da melhor maneira possível, com o respaldo e a segurança que os bancos de alimentos dão para a gente”, explicou.

A parceria de sucesso acontece da seguinte forma: as unidades do grupo Atacadão selecionam os produtos considerados fora dos padrões para a comercialização e os deixam reservados dentro de áreas de depósito ou câmara fria, a depender do produto. O Mesa Brasil Sesc, por sua vez, realiza toda a logística de ir até a loja, fazer a seleção e levar tudo aquilo que será aproveitado, levando o alimento onde falta.

Também participaram do debate a nutricionista do Instituto Educacional São Judas Tadeu da Congregação São João Batista, Shirley de Jesus, e Ana Cristina Barros, do Departamento Nacional do Sesc.

Para Ana Cristina, o sucesso da ação está na construção de um bom relacionamento capaz de contribuir para a diminuição do desperdício e de reduzir a condição de insegurança alimentar de crianças, jovens, adultos e idosos. “É uma via de mão dupla que funciona com a sensibilização e educação de todas as partes envolvidas”, afirmou.

Alimento brasileiro é extremamente seguro para o consumo humano. Site do CNA, 25/11/2016.

Brasília (25/11/2016) – Essencial para a saúde da população, o alimento in natura produzido no Brasil é extremamente seguro para o consumo, de acordo com os dados revelados por uma pesquisa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A agência analisou em todo o país alimentos como cereais, frutas, legumes e verduras, entre 2013 e 2015, e concluiu que quase 99% das amostras não representam risco à saúde da população.

Os resultados do “Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)” foram divulgados pelo órgão nesta sexta (25). “O alimento brasileiro in natura é seguro para consumo e temos que lembrar que frutas e hortaliças são essenciais para a dieta da população”, disse o diretor-presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa.

Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a pesquisa ajuda a esclarecer a sociedade sobre a segurança dos alimentos produzidos no campo e vai incentivar o consumo pela população.

“Foi um divisor de águas baseado em uma verdade científica. A Organização Mundial da Saúde recomenda o consumo de frutas e hortaliças três vezes mais do que consumimos hoje e o PARA certamente vai estimular este consumo seguro”, afirmou o presidente da Comissão Nacional de Fruticultura da CNA, Tom Prado.

Para o presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da CNA, Luciano Vilela, o PARA consolida o trabalho do setor produtivo na defesa da segurança alimentar. “A pesquisa deixou claro para a população que não há riscos para consumir frutas, legumes e verduras. Foi uma vitória do setor”, afirmou.

Golpe na Anvisa: agrotóxico na comida é "aceitável"? Site do MST, 28/11/2016.

Campanha Permanente repudia a publicação pela Anvisa do relatório da avaliação de agrotóxicos em alimentos para os anos 2013-2015.

A Anvisa publicou na última sexta-feira (25) um novo relatório do Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para). O Para cumpriu, nas edições de 2010 a 2012, um papel importantíssimo, oferecendo à população acesso à informação de que havia agrotóxico nos alimentos que chegam à mesa. Em 2010, por exemplo, soubemos pelo Para que em 37% dos alimentos não foram encontrados resíduos de agrotóxicos. Esse número caiu para 22%, em 2011, e depois voltou a 35% e 37% nas duas edições de 2012.

Desde então, o consumo de agrotóxicos no Brasil subiu 11%, atingindo 914 mil toneladas em 2014. As intoxicações por agrotóxicos agrícola notificadas subiram 17%, chegando a 4423 registros em 2014.

Mas, surpreendentemente, o relatório da Anvisa que analisa os resíduos de agrotóxicos entre 2013 e 2015 mostra que a situação está ótima. 42% das amostras estão limpas, e "apenas" 1% das amostras representa risco agudo à saúde. Nesse caso, recomenda a agência, lavagem com água corrente com bucha ou escovinha pode reduzir o nível de agrotóxicos.

Será possível?

Há vários problemas no relatório do Para 2013-2015. Vamos colocar apenas alguns deles:

De acordo com dados do Ibama (2014), 56% do consumo de agrotóxicos no Brasil se concentra em duas substâncias: glifosato e 2,4-D. Nenhuma das duas foi testada no Para. Além disso, o número total de agrotóxicos testados diminuiu.

Para cada cultura, a quantidade de amostras por ingrediente ativo é irregular. Por exemplo, para o arroz, 746 amostras foram testadas para o Tebuconazol, mas somente 247 para o Tiametoxam. Neste caso, é muito difícil fazer afirmações estatísticas, e tirar conclusões seguras.

A conclusão de que apenas 1% dos alimentos analisados representa risco agudo à saúde oculta diversos outros riscos. O primeiro deles é das doenças crônicas, como câncer, depressão, suicídio, doença celíaca e outras que aparecem ao longo de muitos anos de

exposição. Outra falha grave é desconsiderar a multiexposição, já que, como mostra o próprio relatório, uma grande parte das amostras apresenta mais de um agrotóxico. Não se sabe os efeitos disso para a saúde.

Além disso, a conclusão que de cada 100 amostras, uma possui risco de causar doença aguda, é gravíssima, e não significa um nível de "segurança alimentar aceitável", como afirma o relatório.

O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) estima que 20% dos agrotóxicos são contrabandeados. Como estes venenos "desconhecidos" estão sendo avaliados?

Nossa campanha já vem denunciando graves problemas de atuação da Anvisa no sentido de atender aos interesses empresariais e virar as costas para a população. Este relatório apresenta uma clara tentativa de ocultar os problemas causados pelos agrotóxicos no Brasil. Afirmar a lavagem de alimentos como possível solução é um perigo para a sociedade, e demonstra um gravíssimo retrocesso no Para, e na Anvisa em geral. A quase totalidade dos agrotóxicos possuem ação sistêmica, ou seja, operam "por dentro" e não na superfície dos vegetais.

Seguiremos atentos e denunciando que é o modelo do agronegócio que torna nossa agricultura insustentável e quimicamente dependente. Sementes transgênicas degeneram nossa biodiversidade e levam ao uso de mais agrotóxicos, que por sua vez intoxicam que planta e quem come. Seguimos firmes afirmando a agroecologia como única forma de produção de alimentos saudáveis para o Brasil e mundo.

Brasil alia conservação e segurança alimentar. Waleska Barbosa. Site do MMA, 28/11/2016.

O Brasil sediará a 6ª Reunião do Comitê Internacional de Coordenação do Projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano (BFN) e um simpósio internacional sobre o tema no próximo ano. A informação foi dada nesta segunda-feira (28/11) na quarta reunião do comitê nacional do programa, realizada em Brasília. A instância é formada por órgãos federais, universidades e institutos de pesquisa.

O BFN é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), e tem como objetivo apoiar os diferentes setores e esferas do governo brasileiro e da sociedade civil na integração da biodiversidade em todas as políticas, programas e planos de ação nacionais e regionais relevantes para a promoção de segurança alimentar e nutricional. “A importância é mostrar a todos o que está acontecendo, os resultados alcançados até aqui e também organizar e discutir os nossos próximos passos”, afirmou a coordenadora nacional da ação, Daniela Beltrame.

As ações desenvolvidas têm como foco promover a conservação da biodiversidade pelo uso sustentável para a alimentação, visando também combater a má nutrição em todas as formas e promover o conhecimento, o desenvolvimento e promoção dos alimentos da biodiversidade. Quênia, Sri Lanka e Turquia também participam do projeto, coordenado internacionalmente pelo Bioversity International, com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como agências implementadoras.

PRIORIDADE

O secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, José Pedro de Oliveira Costa, reafirmou a importância que o MMA dá ao trabalho desenvolvido no âmbito do projeto, tratando-o como prioridade. “Nós temos, ao conhecer e divulgar os produtos da biodiversidade inseridos neste projeto, uma obrigação decorrente, que é de conservá-la e protegê-la. É tarefa nossa fazer isso e o ministro Sarney Filho prioriza essa agenda, anunciando a criação de novas áreas protegidas, além das que já existem”, afirma.

O diretor nacional do BFN, Lídio Coradin, explica que o projeto tem raízes na Convenção sobre Diversidade Biológica, onde foi aprovada uma decisão relacionada à agrobiodiversidade e se refere a mostrar o valor e demonstrar a forte ligação que existe entre biodiversidade, alimentação e nutrição. “De um modo geral, apesar da importância da alimentação, a gente presta muito pouca atenção ao que está ingerindo. Sendo assim, nós estamos fazendo um grande esforço em termos de chamar a atenção para a nossa biodiversidade nativa”, diz.

Coradin defende ser muito importante que a sociedade tenha a oportunidade de conservar, conhecer e usar os alimentos presentes na biodiversidade nativa, geralmente mais nutritivos do que as espécies exóticas inseridas no dia a dia da população pelo agronegócio. “É preciso que as pessoas e os setores governamentais, não-governamentais

e privados, possam conhecer o potencial, as oportunidades e as possibilidades contidas na biodiversidade nativa”.

LIVRO

Para tanto, serão lançados, no âmbito do projeto, um banco de dados de composição nutricional e um livro de receitas culinárias com as espécies estudadas. “O livro de receitas e o banco de dados estão sendo desenvolvidos pelas universidades parceiras e são alguns dos principais produtos do projeto. Além de realizarem a caracterização nutricional das espécies priorizadas, elas estão desenvolvendo receitas culinárias que se apliquem tanto ao programa de alimentação escolar, por exemplo, quanto para a alta gastronomia e restaurantes, envolvendo uma visão mais comercial”, adianta Daniela Beltrame.

O secretário-substituto de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Mauro Pires, ressaltou a importância do BFN e reafirmou o compromisso com a iniciativa. Para ele, a reunião do Comitê ocorre em um momento oportuno, em que se discute a prorrogação do projeto e a melhoria da sua execução.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa